

22 MAR 2014

»JUDICIÁRIO GAZETA DO POVO

Dinheiro para pagar precatórios fica parado em conta do TJ

Dinheiro para precatórios está retido no TJ

O Tribunal de Justiça tem à disposição cerca de R\$ 830 milhões para pagar dívidas do estado, mas não fez qualquer repasse desde janeiro. O tribunal não deu justificativa para a retenção dos recursos, mas a falta de estrutura física e de pessoal é uma das barreiras que impedem que os credores recebam o que têm direito.

Tribunal tem à disposição R\$ 830 milhões para o pagamento das dívidas judiciais. Último repasse aos credores, porém, ocorreu em janeiro

Katna Baran

Apesar de ter à disposição em caixa cerca de R\$ 830 milhões para pagar precatórios — dívidas do estado reconhecidas pela Justiça —, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) não tem efetivado os pagamentos. Conforme consta no site do órgão, o último repasse

ocorreu em janeiro e, segundo apurou a reportagem, há uma dificuldade histórica para o pagamento mesmo com a liberação do dinheiro pelo estado, o que tem preocupado credores.

A falta de estrutura física e de pessoal na central de precatórios do TJ é apontada como uma das barreiras para o efetivo recebimento do dinheiro pelos credores. “Essa é a justificativa mais utilizada e não é segredo. O TJ, inclusive, está fazendo concurso para contratar contadores. A estrutura física também deixa a desejar”, diz o presidente da Comissão de Precatórios da OAB-PR, Emerson Fukushima.

O valor disponível está retido em duas contas: uma para pagamento de precatórios em ordem cronológica — do mais antigo para o mais novo —; e outra destinada a acordos diretos com os credores, por meio dos quais o Executivo consegue obter desconto — nesse caso, também é preciso respeitar a ordem de cronologia. Há pouco mais de R\$ 400 milhões depositados em cada uma das contas.

Recursos

Em fevereiro, inclusive, houve um acordo entre o governo do Paraná e o TJ que resul-

tou na liberação de R\$ 200 milhões para pagamento de precatórios resultantes de acordos. Porém, no site do órgão, não há registros do efetivo repasse dessa verba. Além disso, o último pagamento efetuado pelo TJ, em janeiro, foi da ordem cronológica e não saiu da conta dos acordos.

Na ocasião da liberação, a Comissão de Precatórios da OAB-PR criticou o fato de os recursos estarem parados no banco, sem explicação, enquanto os credores seguem sem perspectivas de receber. Conforme divulgou o governo na época, a verba liberada seria destinada ao pagamento de precatórios do menor para o maior valor, a partir de R\$ 28 mil. A expectativa era quitar cerca de 1,3 mil dos 2,5 mil precatórios em mãos de credores — o que, efetivamente, ainda não ocorreu.

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa do TJ alegou que não teria conseguido as respostas para os questionamentos levantados na divisão responsável pelos precatórios.

CONTINUA

22 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Bela de neve

Outro motivo que resulta no longo caminho até que o credor possa colocar a mão no dinheiro é o alto valor da dívida do governo. Estimativas apontam que o estoque de precatórios em mãos de credores é de pelo menos R\$ 6 bilhões. Em 2013, o estado também atrasou a liberação de 2% da sua receita corrente líquida, conforme determinação legal, em sucessivos meses. Segundo a assessoria do Executivo, porém, todos os depósitos de 2014 estão em dia.

COMO FUNCIONA

Conheça a ferramenta que permite ao governo quitar dívidas com credores.

PRECATÓRIOS

Quando um cidadão ou uma empresa ganha um processo judicial (com trânsito em julgado) contra o Estado e tem direito a indenização, o pagamento da dívida é feito por meio dos chamados precatórios.

Responsável

Os precatórios são expedidos pelo Judiciário. Quando isso ocorre até o dia 1º de julho de um ano, eles devem pagos até o final do exercício seguinte. Se expedidos depois dessa data, os precatórios são incluídos na proposta orçamentária do ano subsequente.

Tipos

Natureza alimentar: decorrem de ações judiciais, como as referentes a salários, pensões, aposentadorias e indenizações;

Desde 2009* possuem preferência na fila de pagamento

— detidos por idosos

— detidos por portadores de doenças graves

Não alimentar: decorrem de ações de outras espécies, como desapropriações e tributos.

PAGAMENTOS

Regime especial de pagamentos*

Aplica-se aos devedores (União, Estados ou municípios) que, em dezembro de 2009, tinham precatórios em atraso. Por esse método, o devedor pode pagar suas dívidas em até 15 anos, depositando, mês a mês, ou ano a ano, uma parcela calculada de acordo com o tamanho da dívida judicial.

Este regime é adotado no Paraná.

Os pagamentos são garantidos por meio de um depósito mensal de 2% da receita corrente líquida do estado. A verba fica retida em uma conta do Judiciário, que é responsável por repassar os valores devidos aos credores.

Metade do total dos depósitos vai para o pagamento em ordem cronológica – do mais antigo para o mais novo. Os outros 50% podem ser utilizados de três maneiras: pela ordem crescente de valor (até R\$ 70 mil), por leilão (não regulamentado) ou por meio de acordo direto com os credores.

*Desde emenda constitucional 62/2009

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO OAB questiona a retenção dos recursos

22 MAR 2014

O presidente da OAB-PR, Juliano Breda, confirmou que o Tribunal de Justiça (TJ) não tem efetivado os pagamentos de precatórios mesmo com a verba em caixa. Ele informou que, na próxima semana, representantes da OAB terão uma reunião com o presidente do órgão para questionar a retenção do dinheiro. “Vamos pedir o pagamento urgente”, diz.

Segundo Breda, até então, o TJ não enviou uma justificativa oficial para a falta de repasses. O professor da Faculdade de Direito da UFPR e membro da Comissão de Precatórios da OAB-PR, Rodrigo Kanayama, explica que a situação é preocupante, já que não há grandes sanções para a falta de pagamento. “É uma dívida que se acumula há mais de 15 anos e difícil de pagar. E, quando há pagamento, o Judiciário não executa”, diz.

Confusão

Uma confusão entre as contas para depósito da verba destinada a pagamento dos precatórios pelo governo também é apontada como motivo para os atrasos. Antes, a verba ia para o Banco do Brasil, mas, a partir de agosto de 2013, com a formalização de um novo convênio, os depósitos deveriam ser efetuados na Caixa Econômica Federal.

Mesmo com a mudança, o governo continuou depositando a verba no Banco do Brasil, no qual a conta só foi zerada no último dia 7. A assessoria do Executivo alega que houve uma demora na abertura da conta na Caixa, mas afirma que, desde outubro, vem depositando os valores conforme o novo convênio. (KB)

22 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Adolescentes assassinos

assassinos

Crime bárbaro contra garota de 14 anos traz de volta a discussão sobre a maioridade penal; a indignação é justa, mas vale a pena sermos sempre movidos a casuísmos?

Se depender do presidente do Senado, Renan Calheiros, a Casa voltará a discutir a redução da maioridade penal em abril. A proposta do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) previa que adolescentes a partir de 16 anos respondessem como adultos em caso de crimes hediondos e inafiançáveis, ou de reincidência em crimes violentos, desde que com autorização da Justiça e parecer de um promotor da infância. O projeto tinha sido derrubado em fevereiro pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas o Regimento da Casa permite que projetos derrotados em comissões sejam apreciados pelo plenário caso pelo menos nove senadores assinem um recurso — e Ferreira disse ao jornal *O Estado de S.Paulo* ter o apoio suficiente para trazer o tema de volta ao debate.

Há dois aspectos preocupantes a respeito da discussão sobre a redução da maioridade penal. O primeiro é que o debate parece ser movido a casuísmos. No ano passado, o estopim foi a morte de Victor Hugo Deppman, estudante de 19 anos que foi baleado na cabeça apesar de não ter reagido a um assalto na frente do prédio onde morava. Seu assassino era um adolescente que estava a poucos dias de completar 18 anos. Desta vez, trata-se do trágico assassinato de Yorrally Dias Ferreira. A adolescente de 14 anos foi morta com um tiro na cabeça pelo ex-namorado, que filmou o crime e ainda distribuiu o vídeo aos amigos. Faltavam apenas dois dias para ele completar 18 anos.

Tanto no caso de Deppman quanto no de Yorrally, os assassinos ficarão internados por no máximo três anos (um décimo da pena máxima que lhes seria aplicada se cometessem o mesmo ato alguns dias depois), e sairão com a ficha limpa, sem registro do crime. A sociedade tem razão quando se revolta contra tais situações, e é perfeitamente compreensível a indignação de Rosemari Dias da Silva, mãe de Yorrally, que foi a Brasília se encontrar com Calheiros e pedir que o Congresso colocasse a redução da maioridade penal em pauta. O problema de basear a discussão em casos específicos é que eles nunca serão suficientes. Se um dia a maioridade penal cair para 16 anos, um crime cometido por um adolescente de 15 anos, 11 meses e 29 dias iniciará um novo debate, e assim por diante.

O outro risco é o de ver a redução da maioridade penal como a solução para essas situações de injustiça sem que se atente a todo o cenário mais amplo da segurança pública no Brasil, marcado por graus inaceitáveis de impunidade e por prisões que não servem para reeducar, para ficar em poucos exemplos. Nessas condições, crer que basta reduzir a maioridade penal para conseguir resultados positivos contra a criminalidade soa ingênuo.

Isso não significa que a maioridade penal não deva ser reduzida. A *Gazeta do Povo* defende o patamar de 16 anos, considerando que os jovens iniciam sua vida adulta cada vez mais cedo: o Estado já permite, por exemplo, que eles votem e se casem com essa idade. Se alguém pode ajudar a definir os destinos do país e assumir sérios compromissos pessoais, também pode ser plenamente responsabilizado por seus crimes — outros países tratam como adultos adolescentes até mais novos. No entanto, também acreditamos que a hora de reduzir a maioridade penal não é agora; sem trabalhar os outros aspectos mencionados acima, principalmente a situação dos presídios, há o perigo de se dar a discussão por encerrada e, mais tarde, perceber que não houve nenhum avanço concreto no sentido de uma sociedade sem violência.

22 MAR 2014

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Defesa de Carli Filho entra com recurso para impedir júri popular

¶ A defesa do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado de matar dois jovens em um acidente de trânsito em 2009, em Curitiba, entrou com recurso para tentar rever a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que determinou que ele fosse a júri popular, em fevereiro. Apesar de não divulgar o conteúdo dos embargos de declaração, a defesa alega que teriam ocorrido equívocos na condução do julgamento. O recurso foi protocolado no tribunal na última segunda-feira e ainda não foi analisado. A defesa alega que o crime deveria ser julgado pela Vara Comum de Trânsito como homicídio culposo (sem intenção de matar).

INUSITADO

Em Uberaba, carta psicografada absolve acusado de assassinato

¶ Uma carta psicografada foi usada durante um processo de homicídio e cujo julgamento foi realizado em Uberaba (MG) ontem. Para provar sua inocência, a defesa do réu Juez Guide da Veiga usou trechos do que teria dito a vítima – João Eurípedes Rosa, o "Joãozinho Bicheiro", como era conhecido, por meio de um médium. Na correspondência pós-morte, a vítima diz ter dado motivo para o crime ao agir com ódio e ignorância ao ver a ex-companheira em companhia de Juez. As mensagens citadas no processo somam 17 páginas e foram psicografadas por Carlos Baccelli, algumas com parceria de Chico Xavier. Após quatro dos sete jurados votarem a favor do réu, o promotor do caso também decidiu pedir a absolvição.

Aprovados em concurso da Defensoria Pública protestam por nomeação

¶ Um ato público pedindo a nomeação de aprovados em concurso público da Defensoria Pública do Paraná reuniu cerca de 30 pessoas ontem na Boca Maldita, em Curitiba. Entre os manifestantes estavam concursados já nomeados e outros que ainda aguardam nomeação. Dos 528 selecionados em todo o estado, apenas 71 foram nomeados até agora. O concurso foi homologado em 2012. O prazo de validade para a nomeação dos aprovados vence em novembro deste ano. Segundo o governo, a demora ocorre porque o estado ultrapassou o limite de gastos com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e não pode contratar. O Tribunal de Contas vai fazer uma nova avaliação de gastos com o funcionalismo no fim de abril.

MP quer garantia de atendimento em hospitais

¶ Em reunião de mais de quatro horas, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) pediu garantias ao Sindicato dos Servidores Estaduais da Saúde do Paraná (Sindsaude) para que nenhum atendimento seja recusado nos hospitais, segundo informações do próprio sindicato. De acordo com a categoria, todas as Instituições de saúde pública do estado estão com pelo menos 30% dos trabalhadores em serviço, o que garantiria atendimento para todos. A Secretaria Estadual de Saúde (Sesa) não participou do encontro. Ainda há divergências em relação ao impacto da greve sobre o atendimento. Governo defende que 3% dos trabalhadores aderiram ao movimento, enquanto sindicato afirma que 65% cruzaram os braços.

JUSTIÇA

TSE multa Dilma e ex-ministro por crime eleitoral de 2010

¶ O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu multar ontem a presidente Dilma Rousseff e o ex-ministro da Integração Nacional João Reis Santana Filho em R\$ 5,3 mil por conduta vedada a agentes públicos. A maioria dos ministros entendeu que o governo não poderia ter divulgado uma nota no site no Ministério da Integração Nacional para rebater críticas feitas pelo PSDB no horário eleitoral gratuito, durante a campanha eleitoral de 2010. Ambos podem recorrer da decisão. As informações são da Agência Brasil. Na representação, o partido disse que funcionários da assessoria de comunicação do ministério, além do ex-ministro e da presidente, então candidata, usaram a máquina pública durante o processo eleitoral.

22 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Em cima do laço

Os eleitores de Campo Largo que ainda não fizeram a biometria devem comparecer ao Fórum Eleitoral da cidade até sexta-feira. É preciso ter em mãos um documento público de identidade com foto. Também é necessário um comprovante de residência no município com data dos últimos 12 meses. Até quinta-feira, ainda havia mais de 20 mil eleitores que não tinham feito o cadastramento. O Fórum Eleitoral de Campo Largo fica na Av. Francisco Xavier de Almeida Garret, 1.345 – Centro. O atendimento ocorre das 9h às 18h.

22 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Ex-diretor
preso é
transferido
para Curitiba

Preso sob suspeita de destruir documentos e obstruir investigação da Polícia Federal, o ex-diretor da Petrobras **Paulo Roberto Costa** teve o pedido de liberdade negado ontem pela Justiça Federal. Ele foi preso temporariamente na quinta no Rio, depois que parentes dele foram filmados recolhendo documentos, e ontem foi levado para Curitiba.

Além de ser alvo da operação da PF Lava a Jato, que apura por que ele recebeu de um doleiro uma Land Rover comprada no ano passado por R\$ 250 mil, Costa é também investigado em outro caso. O Ministério Público Federal

apura a compra da refinaria em Pasadena, no Texas, pela Petrobras.

Diretor de Refino e Abastecimento da estatal entre 2004 e 2012, ele esteve pessoalmente nos EUA para a assinatura do contrato que formalizou o negócio que contou com o aval do conselho de administração da Petrobras na época em que era presidido por Dilma Rousseff.

Por meio de nota, o advogado Fernando Augusto Fernandes informou que irá recorrer ao STJ para libertar o ex-diretor. "A decretação de prisão por suspeitas de corrupção passiva de alguém que dedicou 35 anos à Petrobras e não é funcionário público há quase dois anos é uma arbitrariedade", diz o texto da defesa.

PAIXÃO



23 MAR 2014

GAZETA DO POVO
»PENDURICALHOS SALARIAIS

Câmara aprova mais um benefício para juízes e procuradores federais

Gratificação de acúmulo de função, de 33,3% do salário, precisa passar pelo Senado para entrar em vigor. Se isso ocorrer, pode gerar efeito-cascata nos estados

José Marcos Lopes

■ Sem alarde, a Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira passada uma gratificação de 33,3% por acúmulo de funções para procuradores do Ministério Público da União (MPU) e juízes federais. Se passar no Senado, o benefício extrassalarial pode vir a ser estendido aos demais procuradores, promotores e magistrados do país, gerando um efeito-cascata nos estados. Isso porque juízes e integrantes dos Ministérios Públicos (MPs) têm isonomia legal: a vantagem concedida a um grupo pode ser pleiteada pelos demais.

A Constituição determina que magistrados e membros dos MPs tenham de receber remuneração fixada em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação.

O entendimento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no entanto, tem sido no sentido de instituir essas gratificações

O projeto encaminhado ao Congresso pelo MPU previa apenas o pagamento do benefício para os procuradores federais, mas uma emenda do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) estendeu a gratificação aos juízes federais. Terão direito ao benefício os membros do MPU designados em substituição, desde que haja acumulação por um período superior a três dias úteis. O valor da gratificação será de um terço do salário do membro designado para a substituição, pago proporcionalmente ao período. Juízes terão o direito quando da acumulação de juízos, acervo processual ou função administrativa.

“Há instruções normativas e resoluções do CNMP e do CNJ [assegurando as gratificações], mas os benefícios são inconstitucionais”, afirma a professora de Direito Constitucional Cláudia Maria Barbosa, da PUCPR. “[O projeto] faz com que uma lei infraconstitucional vá contra-riamente a um dispositivo da Constituição.”

O professor de Direito Público Rodrigo Kanayama, da UFPR, diz que em algum momento o país terá de discutir o que pode ser considerado subsídio (remuneração) e o que são os “penduricalhos”. “O subsídio foi criado com a intenção de acabar com esses penduricalhos, mas a vida concreta impede esse tipo de coisa. Há situações que ficam no limbo.”

Por meio de sua assessoria, o CNJ informou que não comentaria o projeto.

CONTINUA

23 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Há instruções normativas e resoluções do CNMP e do CNJ [assegurando as gratificações], mas os benefícios são inconstitucionais."

Cláudia Maria Barbosa, professora de Direito Constitucional da PUCPR.

NO BOLSO

Benefícios e gratificações pagos a magistrados e membros do MP do Paraná:

Tribunal de Justiça

- Auxílio-moradia (depende de regulamentação)
- Auxílio-saúde
- Auxílio-alimentação
- Adicional de férias de 50%
- Férias de 60 dias por ano
- Frutas no gabinetes dos desembargadores
- Carro com motorista
- Café da tarde gratuito

Ministério Público

- Auxílio-alimentação
- Auxílio-saúde
- Auxílio-moradia (ainda não implantado)

Vedação legal

- A Emenda Constitucional 19, de 1998, determina que o "membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os ministros de Estado e os secretários estaduais e municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória".

23 MAR 2014

GAZETA DO POVO

**Celso
Nascimento**

OLHO VIVO

Dificuldade 1

A Comec enfrenta dificuldades para fixar a tarifa técnica das empresas de ônibus dos 13 municípios vizinhos que fazem parte da rede integrada. Os cálculos são complexos, mas rondam R\$ 4,22. Para manter a tarifa do usuário metropolitano igual à do curitibano (R\$ 2,70), o governo estadual teria de subsidiá-la com R\$ 1,42 (e não R\$ 0,42, como equivocadamente constou desta coluna na terça-feira).

Dificuldade 2

O Tribunal de Contas festeja decisão do STF que reconhece o direito dos TCs estaduais de expedir medidas cautelares. O que significa que a cautelar pela qual o TC mandou reduzir a tarifa de Curitiba em 43 centavos não pode, em tese, ser contestada.

**Elio
Gaspari**

Cena brasileira

O presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, visitava o presídio de Porto Alegre quando um major da brigada pediu a palavra e contou que "somos 12% da população do estado e 40% da população carcerária": "Deve ter alguma coisa errada". Mal terminou a frase, ouviram-se mumunhas para que o major calasse a boca. Barbosa pediu que o deixassem falar. Em seguida, respondeu: "Eu percebi". O que incomodou os áulicos? As estatísticas ou o fato de um negro levantar esse assunto para outro negro?

RS 117 MIL MENSAIS

Collor aluga prédio para o TRE-AL, que julga casos do senador

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) alugou do senador Fernando Collor (PTB-AL), por R\$ 117 mil mensais, um imóvel para substituir a atual sede da corte. O detalhe é que Collor é alvo de várias representações na Justiça Eleitoral do estado – que será responsável por julgar as denúncias contra o senador. O contrato é de 60 meses e tem valor total de R\$ 7,02 milhões. O TRE-AL afirma que a locação foi emergencial, após um laudo apontar que a atual sede do órgão eleitoral não apresenta "condições mínimas de segurança". O prédio de Collor, segundo o TRE-AL, foi o único em Maceió disponível no mercado e compatível com a demanda do órgão.

USO DE CELULAR

Justiça do DF envia ao Supremo processo disciplinar de Dirceu

A Vara de Execuções Penais do Distrito Federal enviou na sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) o processo disciplinar em que o ex-ministro José Dirceu é investigado pelo suposto uso de um celular dentro do Presídio da Papuda, em Brasília. A Vara entendeu que o caso deve ser analisado pelo STF porque pode implicar mudança de regime da pena do condenado. Se for caracterizado o uso do telefone por Dirceu, o que é considerado uma falta disciplinar grave, ele pode perder o direito ao regime semiaberto e ter de cumprir a pena no regime fechado. Dirceu foi condenado pelo processo do mensalão.

Deputado que STF mandou prender não decidiu se renuncia

Um dia após sustentar que não pensava em renunciar ao mandato mesmo com a prisão decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) mudou o discurso na sexta-feira e disse que vai fazer consultas aos líderes da Casa e à sua família para decidir seu futuro político. Ele afirmou à reportagem que vai começar as sondagens na segunda-feira, quando retorna para Brasília. O STF analisou na quinta-feira recurso apresentado pelo deputado, condenado na corte em 2011, e manteve a sua sentença de 3 anos e 1 mês de prisão, em regime aberto. Na prática, ele terá de ficar em casa nos fins de semana e feriados e entre as 21 h e as 5 h nos dias úteis. Segundo o Ministério Público, ele pagou laqueaduras – cirurgia para que mulheres não possam mais ter filhos – em troca de votos nas eleições municipais de 2004. "Não quero fazer nada de forma precipitada", disse Bentes.

» INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Notícias do Brasil subterrâneo

SUS atende 20 casos por dia de crianças vítimas de violência sexual. Denúncias crescem, mas violação ainda é invisível

Denise Paro e Fernanda Trisotto,
com Agência O Globo

▮ A cada dia, pelo menos 20 crianças de zero a 9 anos de idade são atendidas nos hospitais brasileiros que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), após terem sido vítimas de violência sexual. Os dados são do Ministério da Saúde. De acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), mantido pelo governo federal, em 2012 houve 7.592 notificações desse tipo de violência. O número corresponde a 27% de todos os casos de violência infantil registrados pelos hospitais. Na faixa etária de 10 a 19 anos de idade, foram 9.919 casos de abuso sexual, ou 27 por dia, no mesmo ano. Na maior parte dos casos, a violência aconteceu dentro de casa e o agressor era do sexo masculino.

No Paraná, a situação não é muito diferente. Em 2012, Foz do Iguaçu registrou a maior taxa de violência, no estado, contra crianças e adolescentes e tem o 12.º índice de todo o país, com 180 registros de casos de violência sexual, incluindo estupro, assédio sexual, exploração sexual e pornografia infantil. A média representa 94,6 casos para cada 100 mil habitantes.

Muito além

Embora esses números sejam assustadores por si só, a quantidade de brasileiros vítimas de violência sexual na infância e na adolescência deve ser ainda maior. A questão é que nem todos os municípios brasileiros enviam os dados para o Sinan. Os balanços preliminares de 2012 indicam que dos mais de 5 mil municípios do país, 2.917, pouco mais da metade, encaminharam informações.

Outro indicador que permite monitorar violações, o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia), abastecido pelos conselhos tutelares, também padece de defasagem, apesar de sua importância no sistema de monitoramento: uma análise dos dados de 2009 a 2014 permite observar a curva ascendente no número de registros.

Os dados permitem dizer que estados com redes de proteção mais bem organizadas acabam por representar parcela expressiva dos casos, o que não corresponde à realidade. “Sempre tem esse paradoxo. Quando aparece mais, não quer dizer que são territórios mais violentos, mas que a notificação é maior”, argumenta a superintendente de planejamento da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS), Jucimeri Silveira.

Especialista em atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, o educador Valtenir Lazzarini diz que a subnotificação de registro tem várias explica-

ções. Uma delas é a sobrecarga de trabalho e falta de equipamentos nos conselhos tutelares. “É a partir daí que saem todos os encaminhamentos de responsabilização, medidas de proteção e os registros quantitativos para elaboração de políticas públicas”, observa.

Avanços

Para o procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Olympio de Sá Sotto Maior Neto, pelo menos parte da população passou a fazer um raciocínio de que todas as crianças e adolescentes são filhos da sociedade. “Esse olhar atento e solidário em relação a essas crianças e adolescentes de agora faz a sociedade indicar para os órgãos responsáveis a existência de casos visíveis”, argumenta.

O procurador pondera que mesmo os casos de abuso que ocorrem no ambiente familiar, outrora silenciados, passaram a ser denunciados. “A ideia de que o que acontece dentro da residência era problema exclusivo da família mudou.”

CONTINUA

24 MAR 2014

GAZETA DO POVO

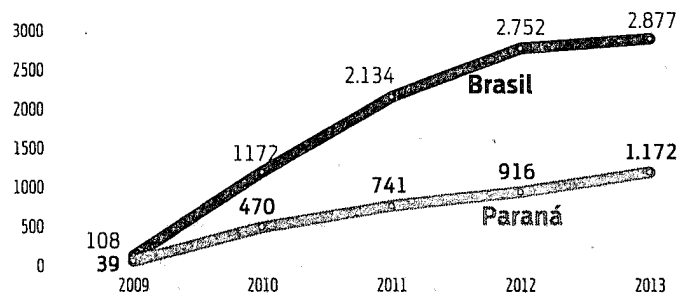
CONTINUAÇÃO

NOTIFICAÇÕES EM ALTA

O Sistema de Informações da Infância e Adolescência (Sipia) indica aumento no número de notificações registradas pelos conselhos tutelares, nos últimos cinco anos, em casos de violência sexual.

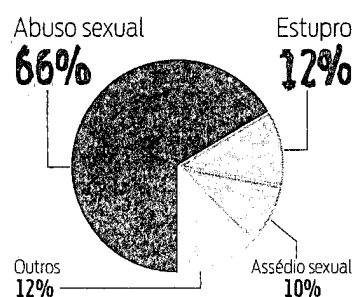
AVANÇO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

No Paraná, a rede de proteção é mais articulada, por isso o número de notificações é elevado, na comparação com os dados nacionais.



VIOLAÇÕES MAIS COMUNS

O abuso sexual é a violação mais comum e ocorre no ambiente familiar.



VIOLAÇÕES NOTIFICADAS EM 2013

ABUSO	Brasil	Paraná
Abuso sexual	1.910	827
- por pessoas da família	1.150	483
- por amigos ou relações sociais próximas	706	323
- por cuidadores	53	21
- por detentores de custódia legal	1	0
Estupro	333	118
Assédio sexual	280	124
Outros	354	103
EXPLORAÇÃO		
Corrupção para a prostituição e/ou exploração sexual comercial	77	33
Pornografia	17	5
Outros	17	4
Total de notificações	2.877	1.172

Fonte: Sipia. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

24 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ALERTA

Maioria dos municípios do estado não tem plano de enfrentamento à violência

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual começou a ser colocado em prática no ano 2000. No Paraná, conforme indicação do plano estadual, os municípios têm até 2015 para estabelecer um plano municipal. Até agora, as cidades que já tomaram a iniciativa foram Curitiba, São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu. Membros da Rede Proteger, que reúne cerca de 40 instituições de Foz do Iguaçu em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente, dizem que é preciso avançar muito quando se trata do plano municipal de Foz do Iguaçu. Inclusive, lançá-lo de fato.

A secretária de Ação Social do município, Cláudia Pereira alega que o plano foi assinado no dia 17 de maio de 2013 e que algumas ações foram colocadas em prática, como campanhas de sensibilização, realizadas no ano passado, com *outdoors* e palestras. O orçamento previsto para a iniciativa, diz Cláudia, é de R\$ 766 mil. (DP)

Apenas 70 cidades do PR preenchem o Sípia na web

A divergência de informações entre fontes oficiais dificulta o estabelecimento de ações eficazes contra a violência sexual na infância e adolescência.

Levantamento feito pelo Centro Marista de Defesa da Infância no Paraná indica disparidade nos dados colhidos pelo Disque 100, Sinañ, Sistema de Informações para Crianças e Adolescentes (Sípia) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Lauane Natalle, analista de monitoramento do Centro Marista, diz que no Paraná apenas 18% dos 399 municípios, ou seja, 70 cidades, preenchem o Sípia na versão web. Mesmo assim, em 2010 o Paraná apareceu como estado com o maior número de violações dos direitos da criança e adolescente no país, com mais de 12 mil registros.

Foz do Iguaçu desponta com maior número de casos, 3.441. Curitiba, com 121. “Não precisa de tanto experiência e conhecimento da área para falar que isso não é representativo da realidade”, diz Lauane. (DP e FT)

**70%
DOS CASOS**

de abuso de crianças de zero a 9 anos de idade acontecem dentro da casa da vítima, conforme indicam os dados. Notificações tendem a aumentar, o que denota mudança de mentalidade, mas a violência doméstica ainda é um assunto tabu. É preciso mais campanhas e pessoal treinado para lidar com a informação.

CONTINUA

24 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Dados mostram que abuso é um crime que se dá em família

20% DAS MULHERES

Estima-se que até os 18 anos, 20% das mulheres de todo o mundo sofrem algum tipo de violência sexual. A estimativa é da Organização Mundial de Saúde.

Quando uma família de militares a tirou da vida de “menina de rua”, no Rio de Janeiro, Maura de Oliveira Lobo deveria estar a caminho de uma infância melhor. Não foi o que aconteceu. Além de trabalhar como empregada doméstica, sem remuneração, aos 6 anos de idade conheceu um tipo de violência que não esquece, mesmo hoje, casada e com dois filhos. Foi abusada por dez anos, por dois de seus “patrões”, dentro das casas onde morou, em vilas militares.

Hoje, à frente de uma organização não governamental que atende vítimas de violência sexual e jovens vulneráveis, Maura diz que só conseguiu superar medos, e formar uma família, porque sempre se sentiu muito sozinha. Mas conta que a dor de ser vítima da violência sexual na infância vai permanecer pelo resto da vida.

“Lembro da cor do fio do bigode do primeiro pedófilo. Sou capaz de desenhar cada cena que vivi. É como se o meu coração tivesse gavetinhas. A gavetinha das coisas negativas está lá. Mas a gente abre gavetas de coisas positivas na vida. É possível ser feliz”, declara Maura, 45 anos.

O abuso sofrido por Maura não é exceção. As estatísticas do Sistema de Informações para a Infância

e Adolescência (Sipia), do governo federal, apontam que a maior parte dos casos de abuso sexual ocorre no ambiente familiar ou no círculo de amizades. No caso de João*, de 5 anos, o molestador era o motorista do transporte escolar, que durante 2013 o levava e buscava na escola.

“Meu filho sempre foi um menino ativo e brincalhão, e de repente passou a ficar quieto e acuado. A gente perguntava se havia algo errado e ele ficava ‘congelado’, não respondia”, lembra o pai de João*, contando como a família começou a desconfiar do abuso.

Em novembro do ano passado, o menino chegou em casa com a boca machucada. Disse que o ferimento foi provocado por “brincadeiras” que o condutor do transporte escolar fazia com ele.

Uma semana depois, falou para os pais que esteve na casa do motorista. E disse que não queria mais ser levado para o colégio por ele. O homem tem 51 anos de idade.

Depois de várias sessões com uma psicóloga, o garoto contou à especialista sobre os abusos sexuais sofridos no banco de trás do carro em que o “Tio Carlos” o levava para a escola. O motorista foi preso esta semana pela polícia do Rio de Janeiro;

*nome fictício

Apunicação a adolescentes infratores

Em fevereiro, a comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CCJ) rejeitou diversas propostas de alteração do art. 228 da Constituição que buscavam reduzir a maioridade penal no país. Por 11 votos a 8, a comissão considerou que o atual estabelecimento da maioridade penal aos 18 anos é um direito fundamental do cidadão brasileiro e, portanto, constitui cláusula pétrea de nossa Lei Fundamental, não sujeita nem sequer à deliberação.

A discussão sobre a redução da maioridade penal no Congresso Nacional, contudo, deve continuar. A própria decisão da CCJ foi contestada em recurso assinado por 18 senadores, e a deliberação sobre a constitucionalidade da matéria deve ser levada ao plenário do Senado no mês de abril. Caso o parecer do colegiado seja favorável, os senadores terão diante de si propostas interessantes, como o Projeto de Emenda Constitucional n.º 33/2012, que reduz a maioridade penal para 16 anos, mas apenas nos casos de crimes hediondos e após um laudo técnico atestar que o autor tinha a compreensão do caráter criminoso de sua conduta.

Na Câmara dos Deputados, diversas propostas de enrijecimento da punição a adolescentes infratores também estão em discussão. Muitas dessas propostas, em vez de buscar a alteração da Constituição, que exige a aprovação de 3/5 dos membros dos senadores e deputados federais, concentram-se na mudança da Lei n.º 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, como lei ordinária, pode ser alterada por voto da maioria simples dos congressistas.

A proposta de maior destaque em tramitação na Câmara é o Projeto de Lei n.º 5.454/2013, protocolado a pedido do governador Geraldo Alckmin, de São Paulo. O projeto cria o Regime Especial de Atendimento, destinado a maiores de 16 anos que praticarem condutas equivalentes ao homicídio, latrocínio, seqüestro e estupro.

Atualmente, a maior sanção atribuída a esses infratores pelo ECA é a internação em uma instituição exclusiva a adolescentes pelo prazo máximo de três anos. De acordo com o projeto, os autores desses atos mais graves, ao completarem 18 anos, passariam para um regime de internação de maior contenção e vigilância, no qual poderiam permanecer por até oito anos.

A idade máxima para um adolescente infrator permanecer internado no país passaria, assim, dos atuais 21 para 26 anos. A proposta não muda o modo de cumprimento da internação, que continuaria sendo feito em estabelecimento distinto dos locais de cumprimento de penas pelos adultos, e no qual os infratores devem ser separados por idade, porte físico e gravidade da infração cometida.

Em um momento em que a violência cometida por adolescentes no país causa espanto pela crueldade dos atos praticados e pela certeza da impunidade por parte dos infratores, iniciativas como a PEC n.º 33/2012 e o PL n.º 5.454/2013 precisam ser recebidas com destaque e apoio. Os projetos são importantes porque endurecem a punição a adolescentes infratores de maior periculosidade, afastando-os da sociedade e de infratores que cometam atos menos graves, sem abrir mão da tentativa de sua ressocialização.

À população, em especial, cabe envolver-se na discussão dos projetos, manifestando sua opinião a respeito das propostas por meio de e-mails, telefonemas ou cartas aos seus representantes no Congresso.

Homero Figueiredo Lima e
Marchese, advogado, é mestre em
Direito pela UFPR.

24 MAR 2014

➤ JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

STF revê contrabando como crime menor

Decisões judiciais têm derrubado o princípio da insignificância usado para livrar da prisão os operários da indústria ilegal de cigarros

Mauri König e Diego Antonelli

O contrabando de cigarro do Paraguai para o Brasil chegou a uma proporção que levou o Judiciário a rever a prática como crime de baixo poder ofensivo. Decisões judiciais têm derrubado o princípio da insignificância usado para livrar da prisão os operários do contrabando. Caso exemplar ocorreu em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro de 2012, ao negar pedido de *habeas corpus* alegando o princípio da insignificância em caso de condenação por contrabando de cigarros pela Justiça Federal em Santa Catarina.

Embora a jurisprudência da Suprema Corte possibilite enquadrar o crime de descaminho no princípio da insignificância quando o valor dos impostos sonegados for inferior a R\$ 10 mil, o STF considerou que se trata de contrabando e, nesse caso, o objeto material sobre o qual recai a conduta é a mercadoria total ou parcialmente proibida. Na avaliação dos

ministros do STF, existe um bem maior em risco do que impostos sonegados: a saúde pública.

“O objetivo precípua dessa tipificação formal é evitar o fomento de transporte e comercialização de produtos proibidos por lei. Assim, não se trata tão somente de sopesar o caráter pecuniário do imposto sonegado, mas sim de possibilitar a tutela, dentre outros bens jurídicos, da saúde pública”, disse o ministro Gilmar Mendes ao negar o *habeas corpus*. “No contrabando, o desvalor da conduta é maior, sendo, portanto de afastar, em princípio, a aplicação do princípio da insignificância.”

A decisão tem norteado as cortes menores do Judiciário. O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região reformou sentença que absolveu um homem preso pela PRF com cigarros paraguaios ao desviar do posto de controle da BR-277 usando uma estrada rural de Santa Terezinha do Itaipu, a 20 km da fronteira com o Paraguai. A absolvição sumária em primeira instância se baseou no princípio da insignificância (a mercadoria não ultrapassava R\$ 12 mil). O Ministério Público Federal recorreu contra a sentença no TRF-4.

No entender do desembargador federal Elcio Piniheiro de Castro, esse tipo de crime transcende o limite fiscal, pois agride a saúde pública e a atividade in-

dustrial brasileira. Ele se baseou no posicionamento do STF, que considera incabível o uso do princípio da insignificância em casos de contrabando. O entendimento do relator foi acompanhado pelos demais integrantes do TRF-4.

Até essa revisão judicial, contrabandistas de cigarro eram enquadrados apenas no artigo 334 do Código Penal, com pena de reclusão de um ano a quatro anos. Agora, eles podem também ser enquadrados nos tipos penais que preveem crimes contra a saúde pública, constantes, por exemplo, nos artigos 276 e 278, com pena de reclusão de um ano a cinco anos e multa.

CONTINUA

24 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Máfia do cigarro usa estratégia de seguradoras

A máfia do cigarro contrabandeado do Paraguai para o Brasil encontrou no mercado de seguros uma estratégia para diluir os prejuízos com eventuais apreensões. Passou a usar um sistema idêntico ao resseguro, operação pela qual o segurador transfere a outro uma parte do risco assumido ao emitir uma apólice e cede também parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Nessa lógica, os barões do contrabando fecham um carregamento de cigarro fracionando-o em cotas, de maneira a dividir o prejuízo em caso de perda ou compartilhar o lucro em caso de sucesso na transação.

Essa era a estratégia usada, por exemplo, pelo empresário preso em outubro pela Polícia Federal em Foz do Iguaçu. Dono de uma casa de shows na cidade, Éderson Foletto seria o financiador de uma quadrilha de contraban-

do, fornecendo recursos financeiros para a compra de mercadorias contrabandeadas do Paraguai, sobretudo cigarros e eletrônicos. "Ele funcionava como agente financiador, mas tinha participação ativa na quadrilha", ressalta o delegado da PF em Foz, Ricardo Cubas César.

Investimento

Foletto buscava comerciantes da fronteira dispostos a investir em um carregamento de cigarro. Ele propunha um determinado percentual, conforme o poder financeiro de cada um, e assim fechava quatro ou cinco cargas com o dinheiro de quatro ou cinco pessoas. Se apenas uma dessas cargas chegasse ao destino já seria o suficiente para salvar o valor investido. Acima disso, o lucro era partilhado conforme a participação de cada um no investimento.

O negócio implica em algum risco, mas é altamente lucrativo. Os contrabandistas nunca usam os próprios bens, de forma a evitar perdas e não deixar rastros. Os carros lotados de cigarro usados para desviar o controle policial são roubados ou financiados em nome de laranjas. A perda se restringe à carga, facilmente repostas. Um carro de passeio transporta em média 25 caixas, com 500 maços cada, uma perda pequena diante da capacidade de produção do Paraguai e da estrutura usada para enviar ao Brasil.

Para evitar grandes perdas, os contrabandistas recrutam caminhoneiros endividados. Pagam R\$ 15 mil pelo frete de um caminhão e R\$ 5 mil para o motorista. Uma carreta transporta entre 700 e 800 caixas, que pode resultar em um lucro líquido de R\$ 500 mil numa cidade como São Paulo. Os barões do contrabando não perdem nada mais além da carga. Ao dono do caminhão, em caso de apreensão, cabe uma multa entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão. A multa é estipulada pelo valor do cigarro, avaliado em US\$ 1,50 o maço pela Receita Federal.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Penas brandas favorecem os criminosos

24 MAR 2014

O contrabando de cigarro se prevalece de penas brandas e da relativização cultural do brasileiro, que vê a atividade como forma de subsistência e não como crime. Basta notar as esquinas do país, onde se vende cigarro paraguaio sem restrições. E a impunidade ajuda o ilícito a crescer nas fronteiras. A visão do contrabando como um crime de menor poder ofensivo, as penalidades brandas e a alta lucratividade são determinantes para esse negócio.

“Geralmente essas pessoas são enquadradas em crimes de descaminho ou contrabando. A pena pode chegar de um a quatro anos [de reclusão], mas ela será cumprida em regime aberto. Ou então, pagam fiança e saem”, analisa o delegado da Polícia Federal (PF) em Foz do Iguaçu, Ricardo Cubas César. Houve casos em que o delegado determinou fiança de R\$ 50 mil para um contrabandista. “O patrão do sujeito veio e pagou”, revela Cubas.

Ao pagar as fianças, os barões do contrabando não só exibem seu poder financeiro, mas também ganham confiança nessa rede de negócios ilícitos. É uma forma de manter seus funcionários calados diante da polícia e dizer-lhes que podem confiar nele no caso de imprevistos. Do lado oposto, isso cria uma sensação de impotência. “Já tive a surpresa de deter o mesmo sujeito três vezes em um mês”, diz o titular da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da PF no Paraná, Marco Smith.

Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Argemiro Procópio Filho considera muito branda a lei que pune o contrabando, embora a atividade esteja sob controle do crime organizado. “Isso permite e facilita o crime. São quadrilhas especializadas com sistema de distribuição e lucro bilionário”, diz Procópio, autor do livro *Brasil no Mundo das Drogas*.

Revisão

O Judiciário brasileiro começa a rever o conceito de “baixo poder ofensivo” que permite ao contrabandista se livrar da cadeia pagando uma mísera fiança. Um avanço é o enquadramento desse tipo de contrabando na lei dos crimes contra a saúde pública. Contudo, ainda não está definido a partir de qual quantidade passa a ser contrabando.

PENAS

Contrabandistas de cigarro, que eram enquadrados no artigo 334, com pena de um a quatro anos de prisão, agora podem receber penas adicionais de um a cinco anos por crimes contra a saúde pública.

24 MAR 2014

GAZETA DO POVO

PR é o estado com menos liberações de empréstimos pelo governo federal

Desde 2011, governo paranaense obteve aval da STN para receber apenas dois financiamentos. Estado tem cinco pedidos pendentes

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

■ O Paraná é a unidade da federação com menos autorizações do governo federal para realizar empréstimos ao longo da gestão Dilma Rousseff. Desde 2011, o estado recebeu aval definitivo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para apenas duas negociações, que somam R\$ 953,5 milhões. Outras cinco, que chegam a R\$ 2,445 bilhões, ainda estão sendo avaliadas.

Na comparação referente ao número de empréstimos liberados, apenas o Mato Grosso do Sul também teve somente dois no período — a diferença é que a administração sul-matogrossense não tem outros pedidos pendentes. O Paraná também fica em último lugar quando é feita a proporção entre o volume de recursos das operações e os habitantes de cada estado. Nesse caso, a STN



Marco Aurélio: ministro do STF já determinou que União autorize empréstimo de R\$ 817 milhões. Mas dinheiro ainda não chegou.

autorizou R\$ 87 por paranaense — 44 vezes menos do que os R\$ 3.859 por liberados por morador do Amapá, que está no topo do ranking.

Em um cálculo que leva em consideração as riquezas produzidas por unidade da federação, o volume de empréstimos liberados para o Paraná corresponde a 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. O índice mais próximo é o de São Paulo — 1,5%. No Amapá, a porcentagem cresce para 31,6%.

O que é a STN

Ligada ao Ministério da Fazenda, a STN é responsável pela apreciação das condições financeiras de estados e municípios para contrair empréstimos que demandam garantia da União.

R\$ 87

por paranaense é a média de recursos de empréstimos liberados pela STN ao estado. O Amapá, que está no topo do ranking, recebeu a liberação de R\$ 3.859 por morador desde 2011.

A secretaria afere, entre outros pontos, as condições de endividamento e pagamento dos entes, além dos limites de gastos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Negociações que envolvem bancos internacionais também precisam do aval do Senado.

CONTINUA

24 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

As dificuldades da gestão Beto Richa (PSDB) para conseguir as autorizações da STN começaram no segundo semestre de 2011. Desde o começo, as divergências com o órgão giram em torno do que pode ser considerado gasto com pessoal dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A interpretação inicial da STN era de que o Paraná descumpria a LRF por excluir do cálculo gastos com pensionistas e Imposto de Renda Retido na Fonte.

Após alterações promovidas pela Secretaria Estadual da Fazenda nas contas do fundo de previdência do estado, o órgão autorizou, em novembro do ano passado, a assinatura de um contrato de US\$ 350 milhões (R\$ 822,5 milhões) com o Banco Mundial. No dia 8 de novembro, a STN emitiu nota em que atestava que o estado "passou a cumprir os limites da despesa com pessoal" e que mais dois empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de US\$ 60 milhões (R\$ 141 milhões) e US\$ 67,2 milhões (R\$ 158 milhões) também seriam autorizados. Cinco meses depois, ambos continuam pendentes.

Em tese, a nova interpretação do Tesouro Nacional também serviria para a li-

beração dos outros quatro empréstimos em análise, o que também não aconteceu. Considerado exemplo-chave no embate entre STN e o governo do estado, o empréstimo de R\$ 817 milhões do Banco do Brasil dentro do Programa de Apoio ao Investimento de Estados e do Distrito Federal (Proinveste) esteve próximo de ser liberado, em dezembro do ano passado. A autorização foi atrasada, no entanto, por uma denúncia encaminhada pelo senador Roberto Requião, que contesta as contas de pessoal apresentadas pelo estado.

Em paralelo, a Procuradoria-Geral do Estado apresentou uma ação cautelar ao Supremo Tribunal Federal (STF) para conseguir a autorização do empréstimo. No mês passado, o ministro Marco Aurélio Mello acatou os argumentos e determinou que a STN deveria aceitar a aferição feita pelo Tribunal de Contas do Paraná de que os gastos com pessoal estão dentro dos limites da LRF. O Tesouro Estadual, no entanto, ainda não liberou os recursos.

CONTINUA

24 MAR 2014

GAZETA DO POVO

AVAL

CONTINUAÇÃO

Empréstimos autorizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para os estados durante o governo Dilma Rousseff:

	Partido do governador	Valores autorizados (em R\$ bi)	Empréstimos autorizados/em análise	Valor autorizado em R\$ por habitante*	% autorizado em relação ao PIB**
Amapá	PSB	2,84	4/1	3.859	31,6%
Acre	PT	2,06	14/7	2.655	23,4%
Roraima	PSDB	0,96	4/1	1.986	13,9%
Tocantins	PSDB	2,58	18/2	1.746	14,3%
Santa Catarina	PSD	9,78	11/1	1.474	5,8%
Mato Grosso	PMDB	4,44	7/1	1.395	6,2%
Rio de Janeiro	PMDB	22,23	24/0	1.358	4,8%
Espírito Santo	PSB	4,67	7/1	1.216	4,8%
Goiás	PSDB	7,24	6/0	1.126	6,5%
Sergipe	PT	2,11	10/1	962	8,1%
Distrito Federal	PT	2,67	13/2	955	1,6%
Amazonas	PSD	3,62	12/3	951	5,6%
Pernambuco	PSB	7,53	13/2	818	7,2%
Maranhão	PMDB	5,36	3/0	788	10,3%
Piauí	PSB	2,23	6/0	700	9,1%
Rondônia	PMDB	1,11	5/0	640	4,0%
Minas Gerais	PSDB	12,62	9/3	613	3,3%
Ceará	PSB	5,25	14/1	599	6,0%
Paraíba	PSB	2,05	8/1	525	5,8%
R. G. do Norte	DEM	1,76	7/0	523	4,9%
Bahia	PT	7,51	13/1	499	4,7%
São Paulo	PSDB	19,68	19/1	451	1,5%
R. G. do Sul	PT	4,86	11/2	435	1,8%
M. G. do Sul	PMDB	1,09	2/0	422	2,2%
Alagoas	PSDB	1,22	5/1	370	4,3%
Pará	PSDB	2,17	6/1	273	2,5%
Paraná	PSDB	0,95	2/5	87	0,4%

*Estimativa do IBGE de habitantes para 2013. **PIB estimado pelo IBGE referente a 2011.

CONTINUA

24 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PARANÁ

Empréstimos negociados pelo governo do estado e que dependem de aval da STN:

Autorizados pela STN

Banco	Valor	Destinação	Situação
BNDES	R\$ 131 milhões	Reforma da Arena da Baixada	● Negociado na gestão Orlando Pessuti, foi autorizado em novembro de 2012.
Banco Mundial	R\$ 822,5 milhões (US\$ 350 milhões)	Agricultura, educação, saúde, meio ambiente	● Autorizado em novembro de 2013.
Total	R\$ 953,5 milhões		

Em avaliação na STN

Banco Interamericano de Desenvolvimento	R\$ 141 milhões (US\$ 60 milhões)	Família Paranaense (assistência social)	● Aprovado pelo Senado em fevereiro, está em consulta no órgão jurídico do Ministério da Fazenda desde 6 de março.
	R\$ 20 milhões (US\$ 8,5 milhões)	Profisco (gestão fiscal)	● Aprovado em 18 de março pelo Senado, voltou ao Ministério da Fazenda.
	R\$ 158 milhões (US\$ 67,2 milhões)	Paraná Seguro (segurança pública)	● Está em consulta no órgão jurídico do Ministério da Fazenda. Ainda não foi encaminhado ao Senado.
Credit Suisse	R\$ 1,309 bilhão (US\$ 557 milhões)	Reestruturação da dívida do estado com a Copel	● Depois do aval da STN, precisa passar pelo Ministério do Planejamento, Casa Civil e Senado.
Banco do Brasil	R\$ 817 milhões	Infraestrutura	● Só depende de um último aval da STN.
Total	R\$ 2,445 bilhões		

Cotações: dólar = R\$ 2,35; euro = R\$ 3,27; iene = R\$ 0,02; unidade de direito especial de saque = R\$ 3,65. **Fonte:** Secretaria do Tesouro Nacional (consulta feita em 18/3), em www3.tesouro.gov.br/lrf/index_novosite.asp. **Infografia:** Gazeta do Povo.

24 MAR 2014

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

Julgados PIS e Cofins sobre juros de negócios

ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO HAUER – G. A. HAUER ADVOGADOS ASSOCIADOS, sócio fundador geroldo@gahauer.com.br)

Confirmada a pretensão da Receita Federal de tributar juros e variações monetárias decorrentes de vendas imobiliárias. Recentíssima decisão unânime do Superior Tribunal de Justiça, confirmatória de anterior pronunciamento do Tribunal Federal da 4ª. Região, sanou dúvidas de interpretação da legislação sobre PIS e Cofins.

Mais uma vez, o voto do ministro Mauro Campbell foi aprovado por todos os Componentes da Segunda Turma da Corte, contrariando expectativas de milhares de empresas do setor. A questão versou sobre qual o enquadramento pertinente aos mencionados acréscimos ao preço dos contratos de negócios imobiliários, como compra e venda, loteamentos, incorporações, sustentando o recurso de que se trataria de "receitas financeiras", não fazendo parte do faturamento. Aparentemente o pleito estava coberto de razão, quando visto pelo lado da contabilidade do dia a dia que separa uma coisa da outra.

Não foi assim entendido pelo Judiciário. Campbell apoiou

seu voto em julgado do Supremo Tribunal Federal que definiu faturamento no sentido estrito de receita bruta das vendas de mercadorias e serviços, qual seja a soma das receitas oriundas das atividades empresariais. Sendo assim, e decorrentes diretamente das vendas que integram o objeto social das empresas do ramo, esses rendimentos devem ser considerados produto dessas operações.

O ministro esclareceu, esmiuçando em seu voto, que a correção monetária é aplicada aos valores dos próprios contratos de alienação, os quais são firmados pelas empresas no exercício de suas atividades, aduzindo mais que quanto aos juros, são estes acessórios embutidos nos mesmos contratos, sendo receitas inerentes e acessórias aos referidos contratos e devem seguir a sorte do principal".

Não se pode processualmente divergir do decidido, ainda que se atrele enfoque meramente contábil. A questão é antiga. A Receita Federal desde 2002 vem insistindo nessa arrecadação por meio da Instrução Normativa nº 247/02, a qual resumidamente dispôs que nas atividades imobiliárias, a receita bruta corresponde ao valor efetivamente recebido e que este alcança também juros e variações monetárias em função de índices legais ou contratuais que venham a integrar os valores efetivamente recebidos pela venda de unidades imobiliárias.

Para as empresas tributadas pelo Lucro Real, haverá efetivo aumento da carga tributária, uma vez que o PIS e a COFINS deverão ser recolhidos.

Já para as empresas tributadas pelo Lucro Presumido haverá vantagem tributária, mesmo considerando o pagamento do PIS e da Cofins sobre o faturamento, eis que sobre receitas financeiras o coeficiente de presunção de lucro é de 100%, enquanto que sobre o faturamento deverão ser aplicados os coeficientes de 8% para IRPJ e 12% para a CSLL. No cômputo geral a vantagem poderá ser de até 27% de economia tributária sobre o que vinha sendo pago de tributos.

(Colaboração JORGE LUIZ MAZETO – G A Hauer Advogados Associados – geroldo@gahauer.com.br)

24 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

185ª Sessão Ordinária do CNJ acontece hoje

A 185ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) teve a data alterada. Os julgamentos ocorrem tradicionalmente às terças-feiras, mas em razão da Portaria CNJ n. 15, editada pelo presidente do órgão, ministro Joaquim Barbosa, o próximo encontro será hoje, a partir das 9 horas. Na pauta, constam 123 procedimentos para apreciação, entre os quais pedidos de providência, processos administrativos disciplinares, procedimentos de controle administrativos, consultas e propostas para a edição de atos normativos.

Na pauta, constam pelo menos 25 procedimentos com questionamentos acerca de concursos públicos realizados por diversos tribunais para ingresso na carreira da magistratura ou do serviço notarial. Constam também sete consultas protocoladas por cidadãos ou órgãos do Judiciário.

STJ: Prazo deve ser calculado de acordo com a lei mais recente

Em caso de sucessão de lei, o prazo decadencial deve ser calculado de acordo com a última norma estabelecida, computando-se o tempo decorrido na vigência da lei antiga. A decisão, tomada pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), refor-

ma acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

O relator, ministro Humberto Martins, citando doutrina, explicou que, “em caso de lei mais nova estabelecendo prazo decadencial maior que a antiga, aplica-se o novo prazo, computando-se o

tempo decorrido na vigência da lei antiga”.

No caso, o TRF4 reconheceu a decadência para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) propor ação relativa ao pagamento de Taxa Anual por Hectare (TAH).

24 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Bancário vítima de assalto será indenizado

Um bancário de Londrina, que durante assalto à mão armada foi rendido e obrigado a abrir o cofre da agência, teve reconhecido pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) o direito de receber uma indenização por danos morais no valor de R\$ 20 mil.

O posto de atendimento bancário (PAB) do Banco do Brasil foi assaltado por dois homens em outubro de 2010. Os criminosos renderam o único vigilante e, em seguida, um deles apontou uma arma para o bancário, exigindo a abertura do cofre. A quantia total roubada foi de R\$ 32.794,00.

Submetido a tratamento psicológico após o assalto, o trabalhador passou a sofrer diversos efeitos físicos e psíquicos, como estresse emocional, crises nervosas e alergias no corpo e nas mãos. Além disso, ainda se assusta constantemente com pessoas estranhas e afirmou ter perdido a pós-graduação após o abalo emocional, que prejudicou sua capacidade de concentração.

Para a 2ª Turma do TRT-PR, no entanto, o banco não tomou as medidas suficientes e necessárias para garantir a segurança do ambiente de trabalho.

24 MAR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça Vai autorizar adoção por estrangeiros

CNJ deve autorizar estrangeiros para facilitar adoção de mais velhos

Uma resolução que deve ser aprovada nesta segunda-feira (24) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai permitir que casais estrangeiros ou brasileiros residentes no exterior sejam incluídos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). O objetivo é aumentar as adoções de crianças mais velhas e de grupos de irmãos.

O texto foi preparado após consenso entre espe-



A maioria dos candidatos a adotarem crianças quer recém-nascidas

cialistas da área após mais de um ano e meio de discussões – uma portaria da Corregedoria do CNJ de 2012 instituiu o grupo de trabalho sobre o tema.

A resolução está na

pauta de votação do plenário do CNJ desta segunda, e a expectativa de conselheiros e especialistas na área é de que seja aprovada para que as mudanças entrem em vigor.

TSE quer punição para partido que não cumpre cota de mulheres

O presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, defendeu punições aos partidos políticos que não cumprirem a cota de 30% de mulheres candidatas nas eleições deste ano. Mello disse que os partidos usam "candidatas laranjas" apenas para alcançar a cota.

"A partir do momento em que os partidos políticos não observem o previsto na legislação, cabe ao Ministério Público interferir e representar contra o par-

tido político. Ocorre que nesse filtro para a escolha de candidatos, se escolhem candidatos que não vão figurar. Se escolhem verdadeiras "laranjas", apenas para constar que estão atendendo à lei, mas não oferecem as condições de fato para isso", afirmou. A lei eleitoral fixa o mínimo de 30% de candidatos de cada sexo, mas não estabelece sanções para os partidos que não atingirem o percentual.

24 MAR 2014

METRO

Cadastro nacional de adoção poderá ter estrangeiros

O Brasil tem atualmente cerca de 30 mil casais ou solteiros que pretendem adotar uma criança. É muita gente. O número de crianças disponíveis para adoção - 5,4 mil -, é bem menor.

O problema é que a maioria dos candidatos (98%) quer uma criança com menos de 7 anos. E essa faixa etária responde por menos de 10% do total.

Para facilitar a adoção de crianças mais velhas, o CNJ deve aprovar hoje uma resolução que permite que casais estrangeiros ou brasileiros residentes no exterior sejam incluídos no CNA (Cadastro Nacional de Adoção).

Segundo os conselheiros do grupo de cooperação jurídica internacional do CNJ, a inclusão de estrangeiros visa permitir que mais crianças tenham uma família.

Como 80% dos pretendentes querem adotar uma única criança, e 75% das crianças e adolescentes que esperam ser adotados têm irmãos também disponíveis para adoção, o CNJ acredita que a resolução irá aumentar a possibilidade de que irmãos possam encontrar um lar juntos.

A lei brasileira já permite que estrangeiros possam adotar crianças brasileiras. Essas adoções ocorrem atualmente diretamente nos tribunais estaduais, sem passar pelo cadastro nacional. Com a inclusão dos estrangeiros no cadastro nacional, o processo ficaria mais ágil e mais transparente.

De acordo com o conselheiro Guilherme Calmon, a adoção internacional continuará sendo uma exceção e o ideal é que as crianças permaneçam no país, mas é importante permitir que mais crianças sejam favorecidas para reduzir os inúmeros casos de crianças que chegam à adolescência sem serem adotadas.

24 MAR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

Liberdade negada a diretor

Da Redação

O desembargador federal João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), negou o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso quinta-feira na Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal (PF) no início desta semana. Na noite de sexta-feira, ele foi trazido



do Rio de Janeiro à sede da PF em Curitiba, onde estão concentradas as investigações. Ele desembarcou às 20h no terminal de cargas do aeroporto Afonso Pena, num voo comercial.

A prisão temporária de Costa foi determinada pela Justiça Federal do Paraná pelo fato de terem sido subtraídos objetos dos locais nos quais a busca e apreensão seria realizada pela Polícia Fe-

deral.

A Operação Lava Jato foi deflagrada semana passada pela Polícia Federal para desarticular organizações criminosas suspeitas de lavagem de dinheiro em diversos estados. Houve, inclusive, a prisão de um doleiro paranaense. Morador em Londrina, Alberto Youssef, considerado um dos líderes do esquema, foi preso no Maranhão. De acordo com informações obtidas pela Polícia Federal, os grupos investigados teriam registrado comunicações de operações financeiras atípicas num montante que supera R\$ 10 bilhões.

22 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

SP inaugura Justiça rápida em protestos marcados para hoje

Sistema de análise imediata de prisões será adotado na Marcha da Família e na manifestação Antigolpista

Segundo o presidente do TJ-SP, juízes ficarão de sobreaviso e poderão ser acionados até por torpedo de celular

GIBA BERGAMIM JR.
DE SÃO PAULO

A Justiça paulista inaugura hoje um novo sistema de análise de prisões em flagrante, operação criada especialmente para a demanda das manifestações de rua.

Um grupo de juízes terá uma escala específica de trabalho para analisar eventuais prisões em protestos previstos para hoje. Ficarão de sobreaviso para serem acionados por telefone e até por mensagens de texto de celular, disse ontem o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Renato Nalini.

Há dois atos programados para hoje: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de caráter conservador, inspirada na famosa manifestação realizada dias antes do golpe militar de 1964, e a Marcha Antigolpista Ditadura Nunca Mais, convocada para fazer contraponto à primeira.

A Marcha da Família sai da Praça da República às 15h e vai até a Sé. A Antigolpista sai da Sé às 15h e segue até a Luz.

Nalini anunciou o início do funcionamento do Ceprajud (Centro de Pronto Atendi-

mento Judiciário), o grupo especial que pretende agilizar a transformação de inquiridos em processos criminais.

“Juízes estarão de prontidão à disposição dos agentes de autoridades que trouxerem indivíduos que perturbarem a manifestação”, disse.

O TJ-SP é o primeiro a implementar esse centro, recomendado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) após os protestos de junho de 2013.

Segundo o juiz Kleber de Aquino, até dez juízes do Departamento de Inquiridos Policiais poderão ser acionados inicialmente. Na hipótese de várias prisões de uma vez, poderão ser acionados também juízes das varas criminais do Fórum da Barra Funda.

Os delegados e comandantes de policiamento militar ficarão com os celulares desses juízes, segundo Nalini.

Além de magistrados, a operação prevê a atuação de membros do Ministério Público e da Defensoria. Somente após dar ciência a essas partes os juízes decidirão se mantêm os presos em flagrante ou se os liberam com medidas restritivas.

Em resposta à crítica de advogados (alguns afirmam que a medida pode tolher o direito de manifestações), Nalini afirmou que os atos pacíficos estão garantidos.

22 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça Eleitoral de AL aluga prédio de Collor para abrigar sua sede

Contrato, de 60 meses, tem valor total de R\$ 7,02 milhões; senador pelo PTB é alvo de representações no tribunal

Ex-presidente e corte estadual afirmam que não há irregularidade na locação do edifício, que tem 13 andares

RICARDO RODRIGUES
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM MACEIÓ

Alvo de representações na Justiça Eleitoral de Alagoas, o senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), ex-presidente da República alugou, por R\$ 117 mil mensais, um imóvel para o próprio Tribunal Regional Eleitoral do Estado.

O contrato, de 60 meses e com valor total de R\$ 7,02 milhões, foi fechado no último dia 27 de fevereiro entre o TRE-AL e a Organização Arnon de Mello, da qual Collor é sócio majoritário. Não houve licitação prévia.

O TRE-AL afirma que a locação foi emergencial, após um laudo de julho de 2013 apontar que a atual sede do órgão eleitoral não apresenta “condições mínimas de segurança”.

A situação do edifício, que tem rede elétrica precária e apresenta problemas estruturais, já havia sido denunciada pelo sindicato dos servidores do Judiciário da União no Estado.

O prédio do grupo de Col-

lor, segundo o TRE-AL, foi o único em Maceió disponível no mercado e compatível com a demanda do órgão.

O advogado de Collor, João Lobo, afirmou que a locação é “constitucional”.

Disse, ainda, que não há impedimento ao contrato com um órgão público porque o senador não tem função remunerada nem de gestão na organização.

O edifício, de 13 andares, fica ao lado da sede da TV Gazeta, da família Collor. Recém-concluído, foi batizado

como “Jornalista Arnon de Mello”, em homenagem ao pai do senador.

O MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral) em Alagoas criticou o negócio e pediu apuração ao Ministério Público Federal.

Para Antônio Fernando dos Santos, coordenador do MCCE-AL, a Justiça Eleitoral erra ao fechar negócio com um senador no exercício do mandato e que deve ser candidato neste ano.

“O negócio pode até ser legal, mas é imoral”, afirmou Santos.

NEGÓCIO AVALIZADO

A Justiça Eleitoral negou que haja conflito de interesses no caso.

O órgão afirmou que a Caixa Econômica Federal e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) avalizaram a ação, e que chegou a procurar até prédios que abrigam hotéis e escolas, sem sucesso.

Segundo o TRE-AL, Collor responde no órgão a três representações por propaganda eleitoral fora de época, todas já referentes a 2014.

“Isso [locação] não terá a menor influência nas ações do tribunal, pois temos magistrados honrados e com compromisso de serem imparciais e íntegros”, afirmou, em nota, a diretora-geral do TRE-AL, Celina Bravo.

“O negócio pode até ser legal, mas é imoral

ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS
coordenador do MCCE-AL (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral de Alagoas)

“Isso [locação] não terá a menor influência nas ações do tribunal, pois temos magistrados honrados e com compromisso de serem imparciais e íntegros

CELINA BRAVO
diretora-geral do TRE-AL (Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas), em nota

22 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ex-diretor da estatal foi transferido a Curitiba

Alvo da operação Lava a Jato, Paulo Roberto Costa, preso na quinta, teve pedido de liberdade negado ontem

Suspeito de destruir documentos, ele também é investigado por compra de refinaria pela Petrobras nos EUA

FERNANDA ODILLA
DE BRASÍLIA

Preso sob suspeita de destruir documentos e obstruir investigação da Polícia Federal, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa teve o pedido de liberdade negado ontem pela Justiça Federal.

Além de ser alvo da operação da PF Lava a Jato, que apura porque ele recebeu de um doleiro uma Land Rover comprada no ano passado por R\$ 250 mil, Costa é também investigado em outro caso. O Ministério Público Federal apura a compra de uma refinaria em Pasadena, no Texas, pela Petrobras em 2006.

Diretor de Refino e Abastecimento da estatal entre 2004 e 2012, ele esteve pessoalmente nos EUA para a assinatura do contrato que formalizou o negócio que contou com o aval do conselho de administração da Petrobras na época em que era presidido por Dilma Rousseff. Costa foi um dos executivos da Petrobras que elaborou o contrato de compra da refinaria.

Ele foi preso temporariamente na quinta no Rio, depois que parentes dele foram filmados recolhendo documentos, e ontem foi levado para Curitiba.

Por meio de nota, o advogado Fernando Augusto Fernandes informou que irá recorrer ao STJ para libertar o ex-diretor. "A decretação de prisão por suspeitas de corrupção passiva de alguém que dedicou 35 anos à Petrobras e não é funcionário público há quase dois anos é uma arbitrariedade", diz o texto da defesa.

Indicado pelo PP e PMDB ao cargo, ele deixou a estatal em março de 2012. Depois, abriu uma consultoria.

22 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Dentro da lei

Criação de órgão judicial dedicado a analisar eventuais abusos em protestos é uma iniciativa a favor da liberdade de manifestação

Entrou em funcionamento ontem, num fórum paulistano, o primeiro órgão judicial voltado a examinar prisões em flagrante durante grandes manifestações.

Contando com um plantão de 24 horas, o Ceprajud (Centro de Pronto Atendimento Judiciário) foi implantado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atendendo a orientações do Conselho Nacional de Justiça e do governo federal.

Já não era sem tempo. Desde o desvirtuamento dos protestos populares de junho pelas ações de vândalos, estabeleceu-se um clima de preocupante paralisia do Estado naquilo que é sua atribuição mais fundamental: garantir a segurança dos cidadãos.

Havia, com efeito, pouco a esperar, exceto arbítrio e impunidade, da estrutura até agora em vigor.

Conduzido o delinquente até o distrito policial mais próximo, cabia ao delegado decidir sobre a necessidade de sua prisão; em caso positivo, cópia do auto de flagrante deveria ser enviada para análise por um departamento central.

Havendo acúmulo de peças semelhantes, o procedimento se atrasava por vários dias. Com o Ceprajud, um plantão permanente evitará, em tese, tanto o prolongamento de prisões injustificadas quan-

to a automática liberação de eventuais agressores da paz pública.

Também para abusos policiais, notoriamente frequentes, o pronto acompanhamento de juízes poderá ter efeito disciplinador.

A iniciativa desperta, contudo, alguma polêmica. Para Martim de Almeida Sampaio, membro da comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, uma via judicial expressa para tais casos seria “um pouco exagerada”, inserindo-se num conjunto de atitudes voltado a coibir a realização de manifestações populares.

É provável que esse gênero de ressalvas se situe, mais uma vez, na tradicional dificuldade do pensamento liberal e democrático brasileiro para tratar a questão, inevitável em qualquer Estado civilizado, da manutenção da ordem.

Nem só policiais protagonizaram casos de brutalidade. Houve mesmo os que foram espancados, sem reagir, por extremistas. Não partiu da polícia o rojão que matou o cinegrafista Santiago Andrade, num protesto no Rio de Janeiro.

O vandalismo de poucos serviu, na verdade, para intimidar e reprimir a grande maioria dos que iam às ruas para protestos pacíficos. Ao punir desordeiros, o Estado não atenta contra a liberdade dos cidadãos. Está, sim, garantindo-a.

Resta esperar que a iniciativa passe pelo teste da prática — podendo mesmo, talvez, estender-se a outras situações em que o acesso à Justiça parece constar apenas como artigo de luxo no país.

22 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

PATRICIA ACIOLI

PM é condenado a 36 anos de prisão por morte de juíza

DO RIO - O tenente-coronel Cláudio Luiz Silva Oliveira, ex-comandante do Batalhão de São Gonçalo da Polícia Militar, foi condenado, na madrugada de ontem, a 36 anos de prisão em regime fechado pela morte da juíza Patrícia Acioli, assassinada em 2011.

A juíza atuava contra grupos de extermínio formados por policiais militares do batalhão comandado por Oliveira, que era acusado de ser o mentor de seu assassinato.

Ele foi considerado culpado pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e por formação de quadrilha armada.

“Estamos felizes e com sentimento de justiça. Seria horrível se ele fosse absolvido, pois ele foi o mentor disso tudo”, disse Simone Acioli, irmã de Patrícia.

22 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça libera acesso a operação atípica da OGX, de Eike Batista

Minoritários podem ver papéis de contrato
feito com a WES, que recebeu US\$ 40 mi

RAQUEL LANDIM
DE SÃO PAULO

RENATA AGOSTINI
DE BRASÍLIA

Os acionistas minoritários da antiga OGX, de Eike Batista, obtiveram uma liminar na Justiça para ter acesso a toda a documentação relacionada ao pagamento de US\$ 40 milhões de comissão à WES, uma empresa desconhecida de Hong Kong. A OGX trocou de nome para OGPar.

A operação, considerada atípica no setor de petróleo, foi noticiada pela **Folha**. A OGX pagou uma comissão muito acima do valor de mercado para uma suposta corretora intermediar o aluguel de um navio, mas acabou desistindo da operação.

A corretora WES, registrada em Hong Kong, não tem sede própria. No seu endereço, funciona o Trident Trust, um fundo que presta serviços financeiros para pessoas físicas e jurídicas e tem filiais em paraísos fiscais.

A liminar foi concedida ontem pelo juiz Gilberto Matos, que cuida da recuperação judicial da OGX. "O acionista minoritário tem o direito de examinar os documentos referentes às operações sociais eivadas (contaminadas) de supostas irregularidades."

Pela decisão do juiz, a empresa terá um prazo máximo de cinco dias para dar acesso aos documentos a partir da data em que for intimada, o que deve ocorrer no início da semana que vem. Se isso não ocorrer, pagará multa diária de R\$ 10 mil.

A empresa informou por meio de nota que "até o momento não foi intimada a cumprir qualquer eventual determinação nesse sentido e, caso seja intimada, adotará as medidas necessárias ao acolhimento da referida decisão".

A liminar garante aos minoritários acesso ao contrato firmado entre OGX e WES, às ordens de transferência de dinheiro, aos recibos de quitação de pagamentos, além de memorandos, e-mails e atas de diretoria relacionadas com a operação.

O processo foi movido pelo advogado Márcio Lobo, que é acionista minoritário da OGX. Ele afirma que, se a operação for irregular, pretende questioná-la na assembleia geral de acionistas da empresa, que ocorre em abril.

"Se for confirmado, vamos propor uma ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos e solicitar ao Ministério Público que investigue o caso", disse Lobo.

A realização da assembleia foi um dos motivos pelos quais o juiz concedeu a liminar. Nessa reunião, será deliberada a aprovação das ações tomadas pela administração da empresa em 2013. Se as ações forem aprovadas, fica mais difícil abrir um processo sobre o assunto.

Para Aurélio Valporto, um dos líderes de um grupo de acionistas minoritários da OGX, "todos os indícios apontam na direção de que a WES é um laranja para desvio de dinheiro".

Paulo é condenada a pagar dívida da Vasp

Caso envolve um único trabalhador, mas pode abrir precedente, dizem advogados

MARIANA BARBOSA
DE SÃO PAULO

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou à Fazenda de São Paulo que arque com uma dívida trabalhista da Vasp.

É a primeira decisão do TST nesse sentido e pode abrir precedente para que a Fazenda paulista seja responsabilizada por outras dívidas da companhia, segundo advogados trabalhistas. Só as dívidas trabalhistas são estimadas em R\$ 1,5 bilhão.

O argumento do tribunal é que o governo de São Paulo é ele acionista da Vasp, com 40% do capital total, e portanto solidário nas dívidas.

O Estado passou a ser alvo de ações de credores da Vasp a partir de 2008, pouco antes da decretação da falência da empresa aérea, então em recuperação judicial.

Naquele ano, a Fazenda paulista venceu uma ação movida em 1999 e conseguiu anular uma assembleia de acionistas fraudulenta conduzida por Wagner Canhedo, presidente da Vasp, no mesmo ano.

Naquela assembleia, o acionista majoritário da então recém privatizada Vasp diluiu a participação do Estado: de 40% para 4%.

Com a decisão judicial de 2008 e o aumento da fatia do Estado paulista na empresa, advogados passaram a envolver o Estado nas ações trabalhistas em curso.

Segundo o procurador-geral do Estado, Elival da Silva Ramos, cerca de 75% das ações redirecionadas contra o Estado não tiveram sucesso. Ele diz que a ação vitoriosa é isolada e relativa a um único trabalhador (Halim Halabi), no valor de R\$ 15 mil.

Ramos acredita que a ação ainda pode ser revertida no Supremo, que poderá avaliar a questão de competência. Decisões do Supremo relacionadas a demandas trabalhistas da Varig, por exemplo, foram todas remetidas para o Tribunal de Justiça, para a Vara de Recuperação Judicial responsável pelo caso.

Com uma dívida de R\$ 3,3 bilhões, sendo quase R\$ 2 bilhões com a União, a valores da época, a Vasp parou de voar em 2005. No mesmo ano, ela entrou com pedido de recuperação judicial.

À ESPERA

Mais de 6.000 trabalhadores aguardam na Justiça para receber seus direitos. Nos próximos meses, eles começam a receber uma parcela dos R\$ 310 milhões arrecadados com o leilão da fazenda Piratininga, de Canhedo.

Os demais leilões de venda de ativos da companhia feitos até o momento têm sido usados para pagar os advogados e o administrador judicial — uma conta de cerca de R\$ 200 mil por mês, desde junho de 2005, segundo Carlos Augusto Duque-Estrada Jr, advogado do sindicato de aeroviários paulistas.

O procurador do Estado diz que ainda que haja uma ação civil pública que concentre todas as ações trabalhistas, as execuções são individuais.

Se o Estado tiver que arcar com as dívidas das cerca de 25% de ações perdidas no TST, o próximo passo será acionar a massa falida.

“Vamos buscar ser ressarcido pela massa falida. A Vasp tem uma ação judicial contra a União na questão da defasagem tarifária [ação vencida pela Varig recentemente]”, disse Ramos.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NÚMERO
CERTO

22 MAR 2014

A lei que cria cotas para negros na Prefeitura de SP será aplicada obrigatoriamente nos cargos comissionados, efetivos e de estágio. A publicação das regras no "Diário Oficial" estava prevista para hoje.

CERTO 2

A principal mudança deve ser nos cargos em comissão, os que têm os salários mais altos e maior poder de decisão: hoje, só 13,9% deles são ocupados por servidores negros. Pelas novas regras, deverão saltar para 20%. Quando são computados todos os cargos da administração municipal, 22,5% dos postos efetivos são ocupados por afrodescendentes.

DÍVIDA ATIVA

O apresentador Celso Freitas, da Record, terá que pagar multa de cerca de R\$ 600 mil para a TV Globo. Ele deixou a emissora em 2004 faltando cerca de um mês para acabar seu contrato. A emissora queria o dobro e ele achava que não deveria pagar nada. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) confirmou decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

DE NOVO

Freitas diz que vai tentar recorrer mais uma vez para anular a multa. O valor já foi depositado em juízo.

Barbosa vai decidir sobre suposto uso de celular por Dirceu

DE BRASÍLIA - A Vara de Execuções Penais do Distrito Federal enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal o processo disciplinar em que o ex-ministro José Dirceu é investigado pelo suposto uso de um telefone dentro do presídio da Papuda, em Brasília. A decisão do envio foi tomada pelo juiz Bruno Ribeiro. De acordo com ele, casos que possam levar à mudança de regime do condenado devem ser decididos pelo presidente do STF. Como o uso de celular dentro do presídio pode ser considerado falta grave, Dirceu, que está no regime semiaberto poderia ir para o regime fechado se for considerado culpado.

23 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Um basta na violência

MARIA DO ROSÁRIO
Não parece casual que dois dos três policiais envolvidos no caso Cláudia sejam responsáveis por dezenas de “autos de resistência”

A violência ceifou a vida de Cláudia Silva Ferreira, uma mulher negra que trabalhava como faxineira, tinha quatro filhos e cuidava de quatro sobrinhos. Ela buscava pão quando as cenas corriqueiras da comunidade foram interrompidas por uma também conhecida ação: a troca de tiros entre a polícia e o crime.

Cláudia foi baleada e depositada no porta-malas de uma viatura policial, posteriormente sendo arrastada por 250 metros em uma avenida. O horror desses momentos e o tratamento perverso que recebeu da força policial fazem com que a violação de seus direitos represente a falência de práticas que permeiam as instituições do Estado ao desrespeitarem flagrantemente a legalidade.

Apesar dos ataques que os defensores de direitos humanos sofrem, são precisamente de mais direitos humanos que necessitamos para darmos um basta a situações perversas como as que atingiram Cláudia, Amarildo e tantos outros, inclusive policiais. Não esqueçamos que no mesmo Rio de Janeiro onde Cláudia morava 21 policiais foram mortos em serviço entre 2012 e 2013. Eles também tinham nomes, famílias e filhos.

O governo federal e os Estados estão desafiados a fortalecerem a cooperação para formação adequada das forças de segurança. Não interessa restringirmos o debate ao con-

flito ente policiais e bandidos. O que uma sociedade civilizada pede é uma discussão sobre a elevação da qualidade da segurança pública. Precisamos aprimorar experiências de pacificação como as UPPs, mesmo com suas contradições.

Com o objetivo de orientar essa parceria, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que completou meio século de existência, recomendou o fim do uso dos termos “autos de resistência” e “resistência seguida de morte” nos registros policiais. Sobre casos assim registrados não há investigação, uma vez que se pressupõe que a morte foi resultado da legítima defesa do agente de segurança.

Entre janeiro de 2010 e junho 2012, em apenas quatro Estados, cerca de 3.000 pessoas foram mortas após intervenção policial, em sua maioria contabilizadas como “autos de resistência”. Não parece casual que, segundo a imprensa, dois dos três policiais envolvidos no caso Cláudia sejam responsáveis por dezenas de “autos de resistência”.

A sugestão é que esses termos sejam substituídos por “lesão corporal/homicídio decorrente de intervenção policial”. Com a alteração, os fatos deverão ser noticiados à Delegacia de Crimes Contra a Pessoa e a perícia técnica passa a ser obrigatória antes que o corpo seja removido. A medida enfrenta a violência policial e resgata o bom trabalho dos policiais, pois toda a vez que separamos a má atitude de um profissional, estamos valorizando a boa atitude dos demais. Algumas unidades federativas já aderiram às recomendações e reduziram o índice de homicídios, inclusive de policiais.

Para quem ainda insiste em reduzir a discussão sobre direitos humanos, esclarecemos: a defesa da vida é o que nos norteia. Não temos compromisso com assassinatos, tortura, sequestro, legados infelizes da ditadura. Essas práticas persistem porque a cultura autoritária ainda não foi superada. Será superada quando a população compreender que não deve prevalecer a Lei de Talião nem os justicamentos, mas sim os direitos humanos para todas as Cláudias, para todos os Amarildos e para todos os seres humanos.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES, 47, é ministra chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e presidenta do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

23 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

O golpe de 1964, aqui e agora

MARCELO RIDENTI

O país continua refém das forças que deram o golpe e impedem mudanças que aprofundem a democracia num sentido social e econômico

Se for verdadeiro o adágio de que “o brasileiro não tem memória”, não é por falta de informações e análises publicadas, pelo menos sobre o golpe de 1964 e o tempo da ditadura. As obras contam-se às centenas, escritas nos últimos 50 anos por jornalistas, memorialistas, economistas, sociólogos, cientistas políticos, historiadores e outros, até mesmo das gerações mais jovens. Talvez nenhum outro período tenha sido esquadrihado tão detalhadamente em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

As interpretações sobre o golpe e seus desdobramentos são variadas. Algumas enfatizam o tema como indissociável das mudanças do capitalismo brasileiro, outras centram-se nos impasses do sistema político, terceiras na cultura política autoritária e conciliadora ou até mesmo na ação de agentes individuais, ora mirando a especificidade da ação militar, ora suas conexões com a sociedade civil. Cada corrente analítica aponta deficiências em suas concorrentes, embora todas busquem evitar simplificações.

Para além das querelas e da especialização das pesquisas, é importante incorporar as diversas contribuições, compreender a complexidade de cada conjuntura, a mescla de repressão e busca de convencimento, sem minimizar as diferenças no interior do regime nem perder de vista um aspecto central: a ditadura não foi um acontecimento isolado da história do Brasil, antes um capítulo decisivo do longo processo de industrialização e urbanização caracterizado pelo que alguns chamam de modernização conservadora, outros de via prusiana ou revolução passiva.

Trata-se de uma característica da política brasileira até hoje, em que as classes dirigentes tendem a se re-

compor e encampar a seu modo a pressão social por mudanças num país pleno de desigualdades, sem realizar transformações estruturais, em que o suposto “moderno” se combina com o dito “arcaico”, o “progresso” é indissociável do “atraso”.

O que esteve em jogo no pré-1964 foi a possibilidade de uma modernização alternativa, cujos contornos estavam apenas esboçados e eram objeto de disputas políticas, mas o sentido geral era o de alargar os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, politizando-os e diminuindo as desigualdades sociais, algo que os conservadores consideravam “comunismo”. No contexto da Guerra Fria —e numa sociedade como a brasileira, cujos privilegiados são tradicionalmente temerosos dos movimentos populares—, as reformas de base (agrária, bancária, eleitoral, tributária, educacional) que estavam na pauta do governo e das esquerdas pareciam ameaçadoras.

Abriam-se disputas, gerando incertezas sobretudo nas classes dirigentes, que preferiram apoiar o golpe de Estado, início de um regime que aprofundou a modernização conservadora, consolidada no período do “milagre econômico”. Ela não sofreu fortes abalos após a redemocratização, mesmo em governos liderados por partidos com raízes na oposição à ditadura, como o PSDB e o PT, que em nome da governabilidade fizeram alianças com forças que deram respaldo ao regime militar, reiterando a tradição conciliadora de negociação pelo alto, sem rupturas. O custo foi não realizar transformações de fundo, o que ajuda a entender os protestos multifacetados de junho passado.

Uma bela adormecida em 1984 nas manifestações pelas Diretas-Já que por encanto despertasse hoje ficaria espantada de ver Fernando Henrique Cardoso ao lado de Marco Maciel, Lula aliado a Sarney.

O país continua refém das forças que deram o golpe de 1964 e impedem mudanças que possam aprofundar a democracia política também num sentido social e econômico, diminuindo as desigualdades. O desafio continua posto, daí a atualidade da discussão sobre os acontecimentos de 50 anos atrás.

MARCELO RIDENTI, 54, é professor titular de sociologia na Universidade Estadual de Campinas e coorganizador de “A Ditadura que Mudou o Brasil”

23 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA MARIA CELINA D'ARAÚJO

Silêncio de militares não é compatível com a democracia

PARA CIENTISTA POLÍTICA, FORÇAS ARMADAS TRATAM CRIMES DA DITADURA COMO 'SEGREDO DE ESTADO' E SE AUTOANISTIARAM: 'PERDOARAM A SI MESMOS', DIZ

BERNARDO MELLO FRANCO
DO RIO

Uma das principais pesquisadoras da era Vargas e da ditadura militar, a cientista política Maria Celina D'Araújo critica o silêncio das Forças Armadas sobre os crimes da ditadura de 1964.

"É surpreendente que, 50 anos depois do golpe, as Forças Armadas ainda tratem os crimes da ditadura como um segredo de Estado", diz.

Professora da PUC-Rio, ela é coautora da entrevista histórica em que o presidente Ernesto Geisel (1907-1996) disse que a tortura "em certos casos torna-se necessária para obter confissões".

Folha - Nos 50 anos do golpe, surgem novas revelações sobre práticas da ditadura. Como avalia este momento?

Maria Celina D'Araújo - A Comissão da Verdade está dando um passo importante, embora tardio, ao pegar depoimentos de quem efetivamente prendeu e torturou.

Há um pacto de silêncio, embora alguns militares estejam admitindo certas coisas. É surpreendente que até hoje, 50 anos depois do golpe, as

Forças Armadas ainda façam disso um tabu, segredo de Estado. A repressão é um tema em que não aceitam mexer.

Embora alguns oficiais estejam reconhecendo sua atuação, a instituição não faz o mesmo. É um paradoxo. Por que não admitem que, em dado momento da história, também erraram?

Qual é a sua hipótese?

Os militares pensam ter a prerrogativa de construir sua memória. Quando alguém diz "sobre mim, só podem falar o que eu quero", temos um problema sério. Essa ideia é incompatível com a sociedade democrática.

Hoje as Forças Armadas exercem poder de veto no Brasil, porque têm a capacidade de impedir que informações venham a público. Quando um ator político tem poder de veto, não há democracia.

Como isso ocorre na prática?

Desde a Anistia, historiadores e jornalistas procuram saber o que aconteceu. Os militares escondem documentos, não atendem a ordens de autoridades para apresentá-los. Isso é muito grave.

As Forças Armadas mantêm um espírito de corpo forte. Seria construtivo se elas

revissem seu papel, mas o valor que prevalece é "nós salvamos o Brasil do comunismo, então não importam os meios". É uma visão tacanha da história. Não há espaço para autocrítica.

Como vê o país na comparação com os vizinhos?

Na América do Sul, somos o único país em que ninguém foi responsabilizado individualmente pelos crimes da ditadura. O Estado assumiu a culpa e pronto.

Nossa Anistia foi uma autoanistia, os militares perdoaram a si mesmos. Isso aconteceu em lugares como Chile e Argentina, mas depois as pessoas foram julgadas.

CONTINUA

23 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Os últimos governos têm lidado melhor com o tema?

O governo Lula foi um retrocesso muito grande. Veja a demissão do José Viegas do Ministério da Defesa [em 2004]. O general Francisco Albuquerque, comandante do Exército, fez um manifesto defendendo o golpe de 1964 sem consultar o ministro, seu chefe. Era uma dupla irregularidade, porque militar não pode fazer manifestação política e houve quebra da hierarquia, mas Lula demitiu o ministro e manteve o comandante no cargo.

Depois, o Tarso Genro, que era ministro da Justiça, declarou que era favorável a rever a Lei da Anistia para que os militares respondessem por crimes contra a humanidade. O que o Lula disse? "Não se toca mais neste assunto". Ele tinha uma atitude reverencial com as Forças Armadas.

Houve avanços com Dilma, que foi torturada no regime?

A mudança foi a criação da Comissão da Verdade, mas com limitações, sem poder para investigar e julgar. A Anistia foi referendada pelo STF. Como presidente da República, ela não poderia fazer nada diferente.

23 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Aeroportos privados emperram na Justiça

Problemas ambientais e judiciais impedem avanço de projetos do setor

Desde alteração da lei, no fim de 2012, houve 11 pedidos para esse tipo de investimento, somando R\$ 3 bilhões

MARIANA BARBOSA
DE SÃO PAULO

A meta do governo de acelerar investimento na exploração privada de aeroportos dedicados à aviação executiva está esbarrando em problemas ambientais e judiciais.

Desde dezembro de 2012, quando a legislação do setor foi alterada, 11 pedidos de aeroportos foram protocolados na Secretaria de Aviação Civil (SAC), com investimentos que somam cerca de R\$ 3 bilhões em dez anos.

No entanto, os dois maiores projetos estão parados na Justiça. O aeroporto Catarina, da JHSF, em São Roque (SP), de R\$ 1,2 bilhão, obteve licença ambiental em janeiro. Mas as obras seguem paradas, aguardando decisão da Justiça em ação civil pública movida por vizinhos do empreendimento.

Na semana passada, vizinhos fizeram nova representação ao Ministério Público.

Já o Harpia, projeto de até R\$ 1 bilhão dos empresários

André Skaf e Fernando Botelho Filho, em Parelheiros (zona sul de São Paulo), nem chegou à fase de licenciamento ambiental.

Depois de passar dois anos elaborando o estudo de impacto ambiental (Eia-Rima), o Harpia agora briga na Justiça com a prefeitura, que negou a certidão de uso e ocupação do solo.

Skaf é filho do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, pré-candidato do PMDB ao governo de São Paulo e que liderou movimento contra a tentativa do prefeito Fernando Hadad (PT) de elevar o IPTU.

Os dois projetos tinham como expectativa entrar em operação antes da Copa.

Dos 11 projetos que chegaram à SAC, 5 já receberam o sinal verde. Mas só estarão em funcionamento na Copa — uma das motivações para alterar a lei — aqueles que antecedem o decreto de 2012.

É o caso do Aerovale, em Caçapava (SP), que levou dez anos para ser concluído e será inaugurado em maio.

A lei já permitia a construção de aeroportos pela iniciativa privada, mas vedava a cobrança pela exploração da infraestrutura. O decreto de 2012 também deu mais segu-

rança jurídica aos projetos, ao eliminar a possibilidade de o governo retirar a autorização a qualquer tempo.

“Meu projeto tem 2,5 milhões de m². Se eu fosse começar do zero hoje, ele não sairia”, diz o empresário Rogério Penido, sócio investidor do Aerovale.

Após quatro anos elaborando o Eia-Rima, foram mais três anos para conseguir a licença ambiental. “Tinha que ir de joelhos na Cetesb para conseguir marcar audiência.”

O empresário diz que não faltaram casos de consultores se oferecendo para falar bem do projeto em audiências, em troca de dinheiro.

“Se você não paga, o cara te acusa de mentiroso e o Ministério Público se volta contra você”, diz. “Não é fácil empreender. Deveriam obrigar as pessoas a falarem sob juramento nas audiências e multar quem fala mentira.”

Outros dois empresários ouvidos pela reportagem relataram problemas similares.

PARQUE

Se conseguir sair do papel, o Harpia ocupará 800 mil m² em um terreno de 4 milhões de m² em Parelheiros. O local, uma fazenda de eucalipto, chegou a ser considerado para abrigar o aeroporto internacional de São Paulo, que acabou em Guarulhos.

O Eia-Rima do Harpia prevê a criação de um parque de uso público quase do tamanho do Ibirapuera, administrado pelo empreendimento, e mais uma área de preservação e reflorestamento de 2 milhões de m².

Como não há lei que impeça a construção de aeroporto na área, o Harpia tenta reverter a negativa da prefeitura na Justiça.

Na proposta do novo Plano Diretor da cidade, ainda não aprovado, a área foi designada para abrigar um parque público, o que implicará altos custos de desapropriação, construção e manutenção, além de riscos de invasão.

22 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Adiada, de novo

A discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 58/2012, que define um mandato de 8 anos para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a ser adiada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Desta vez, a sugestão partiu do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pediu mais tempo para os parlamentares analisarem o texto. A matéria já tinha sido colocada em pauta na sessão passada da CCJ, quando um pedido de vista impediu a votação.

PEC do Requião

De autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a PEC também veda a aposentadoria compulsória, aos 70 anos, e proíbe a recondução ao cargo. Como o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) é contrário ao projeto, Requião apresentou voto separado.

22 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Concursados da Defensoria Pública cobram contratação

**Prazo para nomeação se esgota em novembro,
dois anos depois da realização do concurso**

Rodrigo Batista
Equipe Bonda

Curitiba – Cerca de 30 aprovados em concurso para cargos na Defensoria Pública que ainda não foram chamados para ocupar as funções fizeram ontem uma manifestação em Curitiba. O grupo reclama da demora no chamamento dos servidores. O prazo para nomeação se esgota em novembro, dois anos depois da realização do concurso.

Em 2012, foram ofertadas 528 vagas para cargos como assessor jurídico, técnico-administrativo e psicólogo. Até agora, porém, somente 52 servidores foram chamados para preencher os cargos.

Entre os que foram convocados também não faltam reclamações. As principais queixas são em relação à falta de estrutura da Defensoria, excesso de trabalho e baixa remuneração. “A demanda de trabalho é muito grande para condições de trabalho precárias. A Defensoria foi instalada, mas não tem como atender a população”, reclamou o técnico-administrativo Giancarlo de Luca Guerra.

Aprovado para o cargo de assessor jurídico, Ítalo Marinot Santos Lyrio veio de Salvador

(BA) para ocupar a vaga. Ele reclama, porém, da incerteza por conta da demora para a convocação. “Não existe justificativa para retardar essas nomeações. Isso apenas frustra as expectativas de quem passou no concurso”, criticou. Ele mora em Curitiba há um ano e exerce função de advogado enquanto aguarda o chamamento.

Gastos com pessoal

O governo diz que as nomeações são prioridade, mas devem ocorrer somente quando o Estado sair do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – os gastos com pessoal superam hoje a faixa de 46,55%.

Os concursados, entretanto, alegam que a Defensoria Pública é um órgão com autonomia financeira e administrativa, o que permitiria a convocação.

O Palácio Iguazu, por sua vez, argumenta que a situação é análoga à das universidades estaduais, que têm autonomia, mas dependem do Poder Executivo para fazer o pagamento de pessoal. A assessoria de imprensa da Defensoria Pública confirma que a contratação é uma ação conjunta entre o órgão e o governo estadual.

22 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça nega liberdade a ex-diretor da estatal

Fernanda Odilla

Folhapress

Brasília - A Justiça Federal negou ontem o pedido de liberdade do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Costa é investigado pelo Ministério Público Federal por participar da compra da refinaria em Pasadena e também é alvo de operação da Polícia Federal que apura um esquema de lavagem de dinheiro, no qual ele teria ligações com doleiros. Ele foi preso anteontem no Rio sob suspeita de orientar parentes a destruir ou ocultar documentos. A PF tem imagens de parentes dele recolhendo documentos do escritório do ex-diretor da Petrobras que, ao deixar a estatal em março de 2012, abriu uma consultoria e uma empresa com norte-americanos de plataformas.

Costa seria levado ainda ontem para Curitiba, onde a PF conduz a operação Lava a Jato, que apura a participação de doleiros num esquema que movimentou, de forma suspeita, R\$ 10 bilhões.

Além de afirmar que sua transferência para a capital paranaense é ilícita, a defesa do ex-diretor argumenta que não pode ser atribuída a ele a conduta dos familiares, que retiraram objetos de locais onde seriam realizadas buscas pela polícia. De acordo com a decisão da Justiça, foi "estranhamente" faturado em nome do ex-diretor da Petrobras uma Land Rover Evoque adquirida pelo doleiro Alberto Youssef

por R\$ 250 mil de uma concessionária autorizada. Foi Youssef quem negociou o carro, mas a nota fiscal saiu no nome de Costa.

"Destaca-se que Alberto Youssef é personagem notoriamente atuante no mercado paralelo de câmbio, cujas atividades ficaram conhecidas no denominado Caso Banestado. Dessa forma, segundo o conjunto probatório acostado ao processo, existem fundadas razões de autoria ou participação do indiciado em crimes contra o sistema financeiro nacional", escreveu o desembargador federal João Pedro Gebran Neto, ao negar o pedido de Costa.

Outro lado

Costa alega que recebeu o carro como pagamento de serviços de consultoria prestados a Youssef. Por meio de nota, o advogado Fernando Augusto Fernandes informou que irá recorrer ao Superior Tribunal de Justiça. "A decretação de prisão por suspeitas de corrupção passiva de alguém que dedicou 35 anos à Petrobras e não é funcionário público há quase dois anos é uma arbitrariedade", diz o texto.

Ainda de acordo com a nota, ao negar o pedido de liberdade, a Justiça afirmou que Costa "passou a ser investigado pela autoridade policial em razão de seu nome aparecer em interceptações". Para a defesa do ex-diretor, a prisão dele "não se torna legal somente porque ele falou ao telefone com uma delas".

22 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

PM é condenado por morte de juíza

Clarissa Thomé

Agência Estado

Rio - O tenente-coronel Cláudio Luiz Silva Oliveira foi condenado a 36 anos de prisão pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli, morta com 21 tiros, em 2011. A decisão do 3º Tribunal do Júri saiu na madrugada de ontem. Os jurados entenderam que o tenente-coronel “encomendou” a morte de Patrícia e o condenaram a 30 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado, cometido por motivo torpe, mediante emboscada e com o objetivo de assegurar impunidade do arsenal de crimes, e a 6 anos por formação de quadrilha. Foi declarada ainda a perda do cargo público.

O julgamento durou 20 horas e foram ouvidas seis testemunhas de acusação e cinco de defesa. De acordo com os depoimentos, o Grupo de Ações Táticas

(GAT) do 7º Batalhão da Polícia Militar (São Gonçalo), comandado por Cláudio Luiz, praticava sequestros e extorsões na região mais rica da cidade do Grande Rio. Patrícia condenou alguns integrantes desse grupo pelos seus crimes.

As testemunhas disseram ainda que Cláudio Luiz era temido na região por causa dos seus atos de violência. Entre os que prestaram depoimento, estavam o delegado Felipe Ettore, que era o titular da Divisão de Homicídios (DH) na época em que a juíza foi assassinada, e do promotor Paulo Roberto Melo Cunha, que trabalhava com Patrícia.

Patrícia Acioli tinha 47 anos, quando foi assassinada na porta de casa, em Piratininga, na Região Oceânica de Niterói. Outros seis policiais militares foram condenados pelo assassinato da juíza.

FOLHA DE LONDRINA

JOLÚZIA BATISTA
DIREITO AO ABORTO

23 MAR 2014

'Somos sempre culpabilizadas pelo crime que sofremos'

Socióloga crítica "bolsa estupro" e diz que sociedade ainda aponta vítimas como "responsáveis" pela violência sexual



Vítor Ogawa

Reportagem Local

O governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), provocou polêmica no início do mês ao conceder pensão a criança gerada após estupro. A medida garante renda mensal de um salário mínimo (R\$ 724) à mãe até que o filho complete 21 anos. A concessão desse benefício é similar à prevista em projeto de lei que tramita no Congresso Nacional.

Entidades de direito da mulher são contra este tipo de medida. A alegação é que a iniciativa viola os direitos das mulheres, em especial os sexuais e reprodutivos, ao inibir o acesso ao aborto legal, que é quando a gestação coloca em risco a vida da mãe - ou em casos de estupro. Esse suporte financeiro recebeu a alcunha de "bolsa estupro".

Para a socióloga do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Jolúzia Batista, a iniciativa representa uma tentativa de criação de um "Estado teocrático". "A política atual dá liberdade para as pessoas decidirem. A gente também não está induzindo as pessoas ao aborto, mas as pessoas têm o direito de decidir", avalia Jolúzia, que é autora da pesquisa "Problematização do Conceito de Prostituição. Prostituição: Sexualidade e Princípio do Prazer-desprazer", publicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O Cfemea é uma organização não governamental dedicada ao fortalecimento do feminismo e da democracia, atuando na superação das desigualdades e discriminações de gênero e de raça.

Como a senhora avalia a concessão de pensão para uma criança gerada por estupro no Rio de Janeiro?

É um absurdo. O bebê é de uma jovem violentada pelo próprio pai. A pensão corrobora com a violência sexual. É um absurdo inaceitável, um retrocesso total. Essa jovem teria direito ao aborto legal porque é um caso de violência sexual.

Nós, mulheres, somos aquelas que carregam essa gravidez. No entanto, somos alijadas porque essa perspectiva de direitos humanos e defesa da vida é uma visão sacralizadora da maternidade e a gente deixa de ser dona de nosso próprio corpo.

Mas correntes religiosas alegam que a medida defende a preservação da vida e dos direitos dos nascituros.

Acho isso uma presunção moral de cunho religioso. Não corresponde à verdade e não deveria estar influenciando nossa legislação. Não em um Estado laico, democrático. Isso não deveria estar contaminando as políticas públicas como tem acontecido nos últimos anos. Há um discurso autoritativo de intolerância e de moralidade conservadora sendo imposto. A gente tem que convidar a sociedade a fazer essa reflexão porque supostamente cristãos católicos e evangélicos podem ser a maioria do eleitorado, mas a gente não pode viver com esse questionamento repressivo. A minoria presente na sociedade também tem direito de ter seu discurso, sua liberdade e sua segurança.

CONTINUA

É o que a Constituição diz, não?

É o que está preconizado na Constituição. Existe um equívoco do ponto de vista filosófico sobre a concepção de democracia em que esses segmentos estão se ancorando para fazer pressão. Eles fazem chantagem eleitoral sobre o Executivo, mas isso não deveria ser o condutor das políticas públicas. O Brasil não é um Estado teocrático, é uma democracia laica. Isso precisa ficar claro. A minoria de ateus, de kardecistas e de praticantes de religiões de matrizes africanas é altamente atacada nas suas crenças.

Os conservadores são os cristãos católicos e os evangélicos, que fazem parte da bancada evangélica fundamentalista e que é muito expressiva no Congresso Nacional. Eles têm como estratégia criar e mudar leis que têm impacto na vida social, que possam gerar normas de conduta sobre moralidades que eles chamam de desviantes ou anormais. O que está em jogo? É o reposicionamento da família heteronormativa, monogâmica e reprodutiva. Então nada de diversidade, nada de união homoafetiva, nada de mulher livre e autodeterminada.

Qual a política governamental ideal para casos de estupro?

Deveria ser mantida como está. A política atual dá liberdade para as pessoas decidirem. A gente também não está induzindo as pessoas ao aborto, mas as pessoas têm o direito de decidir. A política está colocada para todas as possibilidades e não a um direcionamento. É tão grave quanto a ideia do Estatuto do Nascituro, que está

tramitando no Congresso. O Estatuto do Nascituro é de alta gravidade pois uma mulher que sofre uma doença crônica ou de alta gravidade como um câncer pode ter um tratamento retardado porque a quimioterapia ou a radioterapia podem afetar o bebê. E o médico pode se recusar a fazer o tratamento. Isso não pode ser imposto para toda a sociedade.

Essa bolsa não acaba criando um vínculo da vítima com o agressor, já que o Estado paga a pensão até os 21 anos e, caso o estupro seja identificado, ele é quem fica responsável pelo pagamento?

Essa bolsa não faz o menor sentido. O que deveria ser levado em conta é a melhoria da educação sexual, que deve ser não sexista, não homofóbica e não racista.

Como é o atendimento a vítimas de estupro nas unidades básicas de saúde?

Há todo um sistema atuando contra as vítimas. É um estado de não acolhimento, de desinformação. Com essa proposta do Estatuto do Nascituro, a iniciativa de ir a uma delegacia ou a um posto do SUS nem vai partir da mulher, pois ela estará completamente desamparada, desesperada. Os profissionais já têm procrastinado o atendimento, violando os direitos da mulher. Eles não fornecem pílulas do dia seguinte, que é um direito. É um direito também ser informada dos direitos que ela tem em relação à gravidez, inclusive de não querer fazer o aborto legal. As mulheres serão induzidas a terem essas crianças.

O atendimento por parte do aparato de segurança pública também precisa melhorar.

Sem dúvida. Há um problema grave de qualificação dos profissionais. As mulheres são agredidas quando chegam na delegacia. Nós somos sempre culpabilizadas pelo crime que sofremos. Segundo eles, estamos sempre com a roupa inadequada, no local inadequado e na hora inadequada. Há sempre uma correção moral sobre o nosso comportamento. Tem muita violência institucional nos equipamentos de segurança pública.

O Estado, porém, deveria garantir o acolhimento, a escuta e a segurança. Existem casos de mulheres agredidas na delegacia pelos próprios violadores. Deveria haver um atendimento sem prejulgamento, sem preconceito. Existe todo um parâmetro de atendimento a ser seguido. Não deveria recair sobre o profissional agir de acordo com a sua valoração moral. Afinal, ele é um funcionário público.

O discurso contra o Estatuto do Nascituro é feminista?

Imagine uma mulher que entrou em processo abortivo porque subiu três lances de escada. Caso isso seja aprovado, essa situação pode ser colocada em questão. As mulheres podem ser presas se o médico achar que isso foi um aborto provocado. A principal questão e a mais indigna é a que garante ao estupro constar na certidão de nascimento como pai da criança. Isso é uma aberração sem tamanho.

CONTINUA

23 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O Estatuto do Nascituro pode colocar em risco as pesquisas com células-tronco?

Totalmente, porque proíbe as pesquisas. Suspende as pesquisas com as células-tronco, o que resulta em atraso científico. Pode retardar a descoberta de novas curas. É um atraso sem tamanho.

A questão mais indigna é a que garante ao estuprador constar na certidão de nascimento

Estatuto do Nascituro pode retardar descoberta de novas curas

23 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Dá para manter o prédio do Fórum sim

A demolição do prédio do antigo Fórum de Londrina é uma prova clara de que os prestadores do serviço público de nosso país são incompetentes para manter os serviços e o patrimônio público em funcionamento. Se a idade fosse sinal de inviabilidade estrutural de um imóvel, o Centro Comercial de Londrina já deveria ter sido demolido, porém encontra-se pujante, moderno e em pleno funcionamento. O prédio hoje abriga apenas as varas criminais da Comarca e minha sugestão é a melhoria e racionalização dos serviços. Vamos acabar com o retrabalho de ficar julgando a mesma pessoa inúmeras vezes através do fim da maioria penal e dos benefícios de redução de pena dos que não forem mais primários. A mim parece haver interesse na fidelizações dos clientes criminosos e das várias varas criminais que são mantidas devido a esta execução mal feita da aplicação das penas. Lembro que receber dinheiro proveniente do crime também é um crime. São inúmeros advogados, magistrados, promotores e serventuários que só trabalham com o crime, todos com curso superior e muitos outros títulos mais importantes que lhes agregam conhecimento específico. Acredito que esta equipe, unida e imbuída de civismo e responsabilidade com a sociedade de bem, pode estudar e propor mudança em nossas leis que corrijam esta visível deficiência.

PAULO MAURICIO ACQUAROLE (aposentado) - Londrina

23 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

TSE quer punição para quem não cumprir cota feminina

Marco Aurélio Mello critica uso de "candidatas laranjas" pelos partidos e cobra interferência do Ministério Público
Lei eleitoral fixa o mínimo de 30% de candidatos de cada sexo

Gabriela Guerreiro
Folhapress

São Paulo - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, defendeu nesta semana punições aos partidos políticos que não cumprirem a cota de 30% de mulheres candidatas nas eleições deste ano.

Ao participar no Congresso do lançamento de campanha por maior participação feminina nas urnas, na última quarta-feira, Mello disse que os partidos usam "candidatas laranjas" apenas para alcançar a cota.

"A partir do momento em que os partidos políticos não observem o previsto na legislação, cabe ao Ministério Público interferir e representar contra o partido político. Ocorre que nesse filtro para a escolha de candidatos, se escolhem candidatos que não vão figurar. Se escolhem verdadeiras "laranjas", apenas para constar que estão atendendo à lei, mas não oferecem

as condições de fato para isso", afirmou. A lei eleitoral fixa o mínimo de 30% de candidatos de cada sexo, mas não estabelece sanções para os partidos que não atingirem o percentual.

"Poderíamos ter na lei uma sanção para quem não cumpri-la de fato. É uma falha da lei não ter essa previsão", afirmou Mello. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que os partidos precisam "mudar a prática" de restringir a participação das mulheres na política, mas não sinalizou com a aprovação de projetos que mudem a legislação. "No Brasil, de cada dez mandatos, nove são ocupados por homens. Essa realidade precisa mudar já nas eleições de 2014. Não basta indicar mulheres candidatas, mas garantir as condições para que elas possam disputar um espaço na representação política. Isso precisa acontecer numa velocidade maior", afirmou.

A senadora Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) disse

que o Congresso não aprova sanções ao não cumprimento da cota eleitoral de gênero porque tem em sua maioria homens que não estão dispostos a mudar o atual modelo. "Estamos cansadas de apresentar projetos de lei e emendas que são derrotadas porque temos maioria masculina no parlamento brasileiro."

Para a ministra Eleonora Menicucci (Secretaria de Políticas para as Mulheres), os partidos políticos têm que privilegiar a participação das mulheres na política, com sanções. "A sensibilidade e a compreensão têm que vir dos partidos políticos. Se não privilegiarem para além das cotas a participação e o protagonismo das mulheres, será muito difícil. Enquanto persistir a divisão sexual do trabalho dentro de casa, é muito difícil para as mulheres."

CONTINUA

23 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A ministra disse que a disposição da presidente Dilma Rousseff é “nomear cada vez mais mulheres” no governo e contribuir para campanhas em favor do gênero. O TSE lançou uma campanha institucional no rádio e na TV na defesa da maior participação feminina nas eleições. Intitulada de “Mulher na Política”, a campanha lançada esta semana no plenário do Senado tem o objetivo de estimular candidaturas de mulheres. Para que possam disputar as eleições de outubro, elas já devem estar filiadas a partidos políticos - já que o prazo para as filiações terminou em abril do ano passado.

23 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Lições do golpe militar

O fato político mais recente da história do Brasil está perto de completar 50 anos. No dia 31 de março de 1964, uma ação militar depôs o então presidente João Goulart. À época o golpe foi apoiado por entidades contrárias ao governo, por parte do empresariado e da população, que temiam a implantação de um regime comunista. Fatos importantes antecederam o golpe, mas um dos mais marcantes – a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” – foi utilizado para dar legitimidade ao golpe militar.

Agora setores mais conservadores da sociedade voltaram a organizar, via redes sociais, uma nova marcha para pedir a volta dos militares ao poder. Marcado para ocorrer em algumas capitais, o discurso ainda é o mesmo: o temor do comunismo. Independentemente de opiniões ideológicas – tanto favoráveis aos militares quanto ao comunismo – o golpe militar não pode ser esquecido pelos brasileiros. A partir daí foram desencadeados uma série de fatos que não podem ter qualquer apoio.

É importante que todos tenham sempre em mente que durante esse período, uma série de atos institucionais foram editados e que colocou em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar. Além disso, direitos políticos, civis e humanos foram totalmente desrespeitados. Milhares de pessoas foram presas e torturadas. Houve mortos e ainda há desaparecidos. E, nesse caso, não pode haver defesa. Os direitos das pessoas devem sempre ser respeitados. Além disso, todo movimento que visa interromper o processo democrático é nocivo à própria sociedade.

As várias crises que o Brasil tem enfrentado – política, econômica, ética e moral –, no entanto, não podem ser usadas como justificativa para a implantação de uma ditadura. Pelo contrário, é preciso uma maior participação popular na vida pública brasileira. A partir do momento em que os brasileiros deixarem de atrelar seus votos a favores pessoais, passarem a acompanhar a atuação de seus representantes, a exigir transparência na aplicação de recursos públicos é que o País deverá melhorar. A democracia será fortalecida e todos sairão ganhando.

23 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

FÁBIO GALAZZO

Marcha da família... e o exército

Aconteceria ontem, em São Paulo, Rio de Janeiro e mais 200 cidades, a reedição da "Marcha da Família com Deus", manifestação pública ocorrida originalmente entre 19 de março e 8 de junho de 1964, e que foi uma reação às medidas sociais promovidas pelo governo João Goulart e à ameaça comunista que supostamente rondava o País naquele momento. O movimento foi arquitetado e realizado na época pelas elites nacionais e pelo clero. Como resultado, houve a deposição do presidente Jango e a chegada ao poder dos militares dando origem aos anos mais negros de nossa história política.

A reedição de 2014 prometia pleitear uma intervenção militar objetivando a substituição dos políticos corruptos, a moralização dos três poderes e para (pasmem) impedir novamente a ameaça comunista. Como isso seria feito? Ninguém sabe. Em tempos atuais, quando países que passaram por regimes ditatoriais buscam julgar e condenar os agentes responsáveis pelas atrocidades cometidas contra o seu povo, no Brasil surge um movimento que de forma confusa propõe o retorno dos militares ao poder. Na contramão da história, cá estamos nós, novamente. A propaganda anti-comunista, encabeçada pelos EUA no período pós guerra-fria, foi largamente utilizada para justificar barbáries cometidas pelos militares, desde assassinatos e torturas até a desinformação total.

Nos dias de hoje, alguns formadores de opinião, ávidos por poder e popularidade, aproveitaram-se de fatores significantes para tentar reavivar esta repugnante tática e desestabilizar o atual governo, explorando o nascimento de uma nova (velha) direita, totalmente intransigente. O surgimento de governos de esquerda pouco democráticos na América Latina, a caótica situação da Venezuela e o eventual apoio ideológico do governo petista em relação a esses regimes (incluem-se aí as visitas e ajudas concedidas à Cuba) são ingredientes poderosos que vêm agindo de forma determinante na manipulação da opinião de parte da população. E mais, as

medidas sociais do governo petista ao estilo bolsa família entre outras, vêm suscitando em alguns a sensação de que sustentam uma legião de "desocupados".

Se por um lado o governo relativamente isenta os mais abastados e faz com que a classe média pague a conta de tais iniciativas, e se utiliza desse expediente para garantir seus votos na próxima eleição, por outro, o Brasil tem uma das piores distribuições de renda do mundo, dois lados da mesma moeda. O País vive tempos difíceis, até aí, nenhuma novidade. A corrupção salta mais aos olhos com o espetáculo do mensalão e os estádios da Copa e a indignação também, após os protestos de junho, sistematicamente esvaziados por vândalos e em franca perda de respaldo popular. A sensação de baderna, de impunidade, atua como outro fator contra os "petistinhas co-

munistas e sua corja". Agravou-se daí, uma espécie de polarização entre a esquerda petista e as alas mais conservadoras da sociedade, enfatizando os religiosos em geral e reacionários de toda ordem.

Ocorre que depois de tantas alianças e conchavos para chegar ao poder, e lá manter-se, ver o PT de hoje como um partido de esquerda requer um esforço descomunal, ou uma boa dose de miopia. Para a decepção do pessoal da marcha, o PT de hoje é apegado

às elites e adora o capitalismo, sinto muito. Os demais partidos atuam de forma semelhante, não há oposição ideológica. Quanto ao retorno dos militares, mesmo que provisoriamente, trata-se de mero devaneio, improvável e catastrófico. E quem os sucederiam? Os próprios manifestantes não sabem responder a uma pergunta tão óbvia. Deveriam, então, formar um partido próprio e candidatar-se, respeitando as regras do jogo democrático. De qualquer forma, cogitar o retorno de um governo militar é uma gigantesca falta de respeito com a história política do País, é desprezar e desrespeitar a memória de muitas pessoas que foram torturadas e mortas para construir um Brasil melhor. Além de ignorância, é ingratidão.

*Cogitar o retorno
de um governo
militar é uma
gigantesca falta de
respeito com a
história política
do País*

FABIO GALAZZO é advogado

CÉLIA MUSILLI

A marcha a ré de

Bruno Toscano Tentar repetir a Marcha da Família com Deus pela Liberdade é tirar uma fantasia decrépita do baú

Quando eu era criança, meus bichos-papões eram uns caras de farda. Um dia, um deles apareceu lá em casa intimando meu pai sobre alguma coisa que eu desconhecia. Ainda me lembro do meu pai, um relojoeiro muito inteligente, tendo que responder às perguntas de um sujeito grosseiro que não pediu licença para entrar nem bateu à porta, mas invadiu nossa sala. Foi só intimidação, mas um dos meus tios já estava preso porque descobriram “livros perigosos” em sua casa e diziam à boca miúda que meu pai também estava “na lista.”

Pois vejam só, um fotógrafo chamado Bruno Toscano hoje repete asneiras do tipo “imagina eu tendo uma Ferrari, você tendo uma Ferrari, todo o mundo tendo uma Ferrari” ou “quem é o dono do mundo é o Barão Rothschild”, ele pretende com este elevado nível de pensamento ressuscitar fantasmas. Juntamente com outros, Bruno havia convocado para ontem um resgate da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, algo como tirar uma fantasia decrépita do baú achando que ainda serve para o carnaval. Ora, Bruno, faça uma retrospectiva do que esta Marcha que você invoca causou de estrago no país, em termos de ameaças, morte de familiares (sim, familiares, porque “comunista” também tem família), projetos equivocados como a Transamazônica, retrocesso nas escolas onde minha geração estudou Educação Moral e Cívica, assistindo na TV aos desfiles de generais endurecidos que nunca sorriam, preferiam cavalos ao povo e nos porões matavam brasileiros que pensavam diferente ao som de Dom e Ravel. Vá pesquisar quanto de subserviência o Brasil prestou nesta época aos EUA que articularam ditaduras na América Latina. Vá ler e estudar porque seu discurso não convence e só se convoca revolução fardada quando falta inteligência.

Vi minha mãe chorando quando mataram o estudante Edson Luís no restaurante Calabouço, no Rio, tinha medo que o mesmo acontecesse com meu irmão que estudava na UFPR. Quer saber Bruno, agora que tenho dois filhos adolescentes, prestes a entrar numa universidade, torço e

tramo para que ninguém mais perca filhos para a ditadura, nem tenha sua casa invadida por grosseirões de coturno. Mais, desejo convocar um Passeio Pelo Brasil Livre no lugar da sua marcha e chamar para isso uma massa articulada de brasileiros, incluindo os gays que você persegue porque, além de tudo, é homofóbico, como todo fascista. Só uma passeata gay já seria suficiente para reduzir a marcha da sua marcha marcada para ontem. Talvez a gente nem precisasse de reforço, porque no ano passado foi convocada uma manifestação parecida com a sua no vão do Masp e foi um fiasco, contou com uma dúzia de mal encarados nostálgicos numa prova de que o Brasil não está mais para marcha a ré.

Então Bruno Toscano, pegue sua “Ferrari imaginária” ou mesmo um foguete e rume para a Lua porque custamos muito a ter de volta um país livre e, desta vez, retroceder à Idade Média vai ser bem mais difícil, aqui poucos têm saudade da cavalaria. Que ideia estúpida a sua, leia “livros proibidos”, estude um pouco, quem sabe sua cabeça se abra para o que significa liberdade. Não comece o que você desconhece e não sabe como termina, não seja irresponsável. Além disso, não há clima para uma “tomada comunista” num país em que o governo, dito de esquerda, é aliado de Sarney. Vamos evitar delírios.

Manifestações democráticas sim, zumbis de coturno saindo da tumba não! Os tempos são outros, ideias toscas como as de Bruno Toscano são anacrônicas. Mais, ele deveria ser enquadrado por incitação à violência e perseguição ideológica, porque o golpe de 64 foi isso.

22 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO Sem habeas corpus, Paulo Costa é levado para Curitiba

Justiça decide manter ex-diretor da Petrobrás preso e o transfere para o Paraná, onde corre a Operação Lava Jato

Vinicius Neder / RIO

O ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa, preso na Operação Lava Jato da Polícia Federal, teve o pedido liminar de habeas corpus negado ontem pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Rio Grande do Sul. O ex-diretor prestou depoimento no Rio, mas deixou a cidade ontem, a caminho de Curitiba, porque o inquérito corre na Superintendência da PF no Paraná.

A operação investiga organizações criminosas que atuam na lavagem de dinheiro e podem ter movimentado R\$ 10 bilhões. Costa participou de decisões relacionadas à polêmica compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), quando era diretor da Petrobrás, e está em prisão temporária de cinco dias – até segunda-feira. Seu advogado, Fernando Augusto Fernandes, disse ao **Estado** que recorrerá ao Superior Tribunal de Justiça, mesmo antes de o pedido de habeas corpus ter sido julgado no Tribunal Regional Federal.

Os advogados também tentaram, em vão, impedir a transferência para Curitiba. “Nosso cliente já prestou dois depoimentos na PF do Rio e ficará em silêncio até ser solto”, afirmou Fernandes.

Destruição. A Operação Lava Jato foi deflagrada na última segunda-feira. Fernandes informou que Costa prestou um primeiro depoimento nesse dia, ainda sem orientação de advogados. Anteontem, ele foi preso, por suspeitas, segundo a PF, de “tentativa de destruição e inutilização de documentos que poderiam servir de prova nas investigações” da operação.

O ex-diretor nega as acusações. De acordo com Fernandes, ele disse que sua filha foi ao escritório da consultoria Costa Global, na segunda-feira, após os policiais cumprirem mandados de busca e apreensão, para buscar documentos pessoais seus. O escritório da filha de Costa estaria em obras e, por isso, ele havia deixado documentos com o pai.

Nas buscas que fez na casa de Costa, a PF apreendeu, em espécie, US\$ 180 mil e cerca de R\$ 720 mil. Segundo a PF, o doleiro Alberto Youssef – também preso na operação e condenado no caso Banestado –, teria dado em março de 2013 uma Land Rover a Costa. O ex-diretor afirmou que ganhou o veículo por serviços de consultoria prestados e que não há relação do presente com seu cargo na estatal.

O advogado criticou a decisão de prendê-lo e a rejeição de seu pedido liminar de habeas corpus. “Costa é acusado de corrupção passiva, mas ele não é funcionário público há dois anos e não cabe prisão por esse tipo de crime”, justificou o advogado Fernandes.

22 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz deixa para Barbosa decisão sobre Dirceu

Presidente do STF recebe inquérito sobre suposto uso de celular dentro da cadeia, infração que impediria ex-ministro de trabalhar fora da prisão

Mariangela Galucci / BRASÍLIA

O juiz Bruno Ribeiro, da Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal, remeteu ontem para o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, o inquérito administrativo que apurou suspeita de uso de celular pelo ex-ministro José Dirceu dentro do complexo penitenciário da Papuda, em Brasília. Com isso, caberá a Barbosa decidir se Dirceu cometeu falta disciplinar ou não e se deve ser punido. O ex-ministro nega que tenha utilizado o aparelho telefônico na cadeia.

Dirceu começou a ser investigado em janeiro, após a imprensa ter veiculado uma declaração do secretário da Indústria, Comércio e Mineração da Bahia, James Correia, em que ele afirmava ter falado por telefone com o ex-ministro no início do ano, quando o petista teria recebido visita na prisão. As apurações realizadas concluíram que não ficou comprovado o uso do celular.

Um preso que comete falta disciplinar grave pode ser impedido de receber benefícios. Um deles é o direito ao trabalho externo. Dirceu pretende sair da prisão durante o dia para atuar em um escritório de advocacia. Mas, por causa do episódio do celular, a análise do pedido de autorização para trabalho externo está suspensa.

“No caso de condenados da Ação Penal no. 470/STF (*processo do mensalão*), a decisão final quanto às questões disciplinares de natureza grave, por podem, em tese, implicar na alteração de regime prisional, compete, a meu ver, ao Supremo Tribunal Federal”, afirmou Ribeiro

Supremo decide na quinta-feira se vai julgar Azeredo

● O plenário do Supremo Tribunal Federal vai decidir na quinta-feira se o ex-governador e ex-deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG) será julgado pela Corte por suspeita de envolvimento com o esquema do mensalão mineiro. Apesar de o processo estar praticamente pronto para julgamento, há chances de a ação ser transferida para a Justiça de Minas porque o tucano renunciou ao mandato em fevereiro – o cargo lhe dava o direito ao foro privilegiado.

Na sessão, os ministros vão avaliar se a transferência para Minas é conveniente, pois isso provavelmente atrasaria o julgamento de Azeredo por supostas irregularidades cometidas em 1998. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sugeriu a condenação do tucano a 22 anos de prisão por desvios que teriam irrigado a campanha à reeleição de Azeredo. / M.G.

no despacho assinado no início da noite de ontem. O juiz informou que o inquérito disciplinar já foi concluído pelas autoridades administrativas e que Dirceu já foi ouvido.

Pena total. Ex-ministro da Casa Civil no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dirceu foi condenado pelo Supremo a uma pena de 7 anos e 11 meses de prisão por corrupção ativa. No mês passado, a Corte reviu a decisão sobre formação de quadrilha e absolveu o petista desse crime. Como a punição total do ex-ministro é inferior a 8 anos, ele tem o direito de cumpri-la inicialmente no regime semiaberto. Nesse sistema, o preso pode deixar o presídio durante o dia para trabalhar.

Apesar de ter sido preso em novembro, Dirceu até agora não conseguiu ser liberado para trabalhar fora. Outros condenados, como o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, já estão exercendo funções externas.

22 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Google terá de tirar do ar vídeo ofensivo do YouTube

Propaganda de motos foi adulterada com termos chulos; decisão do STJ é considerada precedente importante para vítimas

Mariângela Galucci/BRASÍLIA

Uma decisão tomada em dezembro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou ao Google que retirasse em 24 horas do YouTube filmes adulterados de uma campanha publicitária veiculada em 2009 sobre as motocicletas Dafra. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 500.

Estrelada pelo ator Wagner Moura, a propaganda foi adulterada, com a inclusão de narração que depreciava a imagem da marca com o uso de termos chulos. No STJ, a decisão, divulgada em janeiro, é considerada um precedente importante para vítimas de campanhas ofensivas porque estabelece que o Google terá de procurar as páginas e tirá-las do ar.

“Saber qual o limite da responsabilidade dos provedores ganha extrema relevância, uma vez que, de forma rotineira, noticiam-se violações à intimidade e à vida de pessoas e empresas, julgamentos sumários e linchamentos de inocentes, tudo praticado na rede mundial de computadores”, disse na ocasião o relator do caso no STJ, ministro Luis Felipe Salomão.

Após ter sido notificada extrajudicialmente sobre a adulteração, a empresa retirou o vídeo. No seu lugar, aparecia a frase: “Este vídeo não está mais disponível devido à reivindicação de direitos autorais por Dafra”. Mas, segundo o STJ, a providência não foi suficiente porque o vídeo foi publicado outras vezes. A fabricante de motos e a agência responsável pela campanha protocolaram ação na Justiça. Elas sustentaram que o Google não tomou providências para evitar novas veiculações e não adotou medidas de bloqueio em relação à ferramenta de buscas.

Na Justiça de 1.ª Instância de São Paulo, o juiz ordenou a retirada imediata do vídeo e, em caso de descumprimento, fixou multa diária de um salário mínimo. O Google recorreu e, diante da negativa, foi ao STJ. No julgamento, o relator disse que a falta de ferramentas técnicas para solucionar problemas não isenta a empresa da responsabilidade de encontrar a solução.

22 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Tenente-coronel pega 36 anos por morte de juíza

O tenente-coronel Cláudio Luiz Silva Oliveira foi condenado a 36 anos de prisão pelo assassinato da juíza Patrícia Acio-li, morta com 21 tiros, em 2011. A decisão do 3.º Tribunal do Júri saiu na madrugada de ontem. Os jurados entenderam que o tenente-coronel “encomendou” a morte e o condenaram a 30 anos de prisão por homicídio qualificado e a 6 anos por formação de quadrilha. O julgamento durou 20 horas e outros seis policiais militares foram condenados pelo assassinato da juíza.

22 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

A PF e o direito de greve

Policiais federais são um grupo armado, parte do aparato de segurança do Estado, razão pela qual não podem fazer greve – e, uma vez que façam, devem ser punidos com o corte integral dos dias parados. Esse foi o entendimento do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar reclamação da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) ante o corte do ponto de agentes que fizeram greve em janeiro passado. Tal decisão é importante porque deixa claro que é muito estreita a margem dos policiais para manifestar descontentamento com suas condições de trabalho. E assim deve ser, pela simples razão de que a sociedade não pode permitir, ainda que haja bons motivos, que agentes responsáveis pela manutenção da ordem pública cruzem os braços – e, armados, possam constituir ameaça à sociedade que devem proteger.

A Fenapef ajuizou reclamação no STF depois que a 13.^a Vara Federal do Distrito Federal considerou a greve ilegal e autorizou a União a cortar o ponto dos manifestantes. No recurso, o sindicato alegou que os policiais federais têm o direito constitucional à greve, usando como base uma decisão do STF tomada em 2008 a respeito do direito de greve dos servidores públicos. Na ocasião, o Supremo determinou que, até que o Congresso decida enfim regula-

mentar esse direito, os servidores públicos poderão se mobilizar segundo os parâmetros da lei referente aos trabalhadores da iniciativa privada – desde que se respeite a óbvia necessidade de manutenção dos serviços, principalmente em áreas essenciais.

Conforme o entendimento da Fenapef, os policiais federais não apenas têm direito à greve, como fazem jus ao salário integral mesmo durante a eventual paralisação. Justificouse dizendo que seguiu os prazos legais, informando com antecedência às autoridades sobre a realização do protesto, razão pela qual a punição, com o corte do ponto, seria um ato de intimidação para obstruir o direito de greve da categoria.

A Justiça Federal, porém, esclareceu que a legislação de greve dos trabalhadores da iniciativa privada, invocada pela Fenapef em sua defesa, autoriza plenamente o desconto dos dias não trabalhados por motivo de greve. “O direito à greve previsto na Constituição Federal não pressupõe direito incontestável à percepção integral dos vencimentos”, diz a sentença.

Gilmar Mendes aceitou esse argumento, mantendo o corte do ponto, pois considerou que o serviço da PF é essencial e, portanto, não poderia sofrer nenhum tipo de paralisação, conforme entendimento do próprio STF em julgamentos anteriores. Ademais, e este é um ponto importante, o ministro disse que “policiais em geral, em razão de constituírem ex-

pressão da soberania nacional, revelando-se braços armados da nação, garantidores da segurança dos cidadãos, da paz e da tranquilidade públicas, devem ser equiparados aos militares e, portanto, devem ser proibidos de fazer greve”.

A Fenapef manifestou “indignação” com a decisão de Gilmar, pois considera que há motivos de sobra para greves dos policiais. Há tempos os agentes se queixam do corte de investimentos na PF, acentuados no atual governo. Entre outros problemas, queixam-se da falta de pessoal para apoio administrativo – o que obriga a PF a deslocar agentes para tarefas burocráticas – e também de falta de dinheiro para manutenção de aeronaves que atuam no combate ao narcotráfico. Tal quadro, parece claro, representa um risco para áreas sensíveis da segurança nacional.

Ainda assim, nada disso autoriza que policiais interrompam seu trabalho. Ante as derrotas judiciais, o sindicato dos policiais federais diz que seu movimento de reivindicação “evoluiu” e que é uma “tendência moderna” fazer atos públicos em vez de greves. Desse modo, segundo sua visão, a sociedade não sofre e não há motivo para cortar o ponto dos manifestantes. O problema, contudo, permanece o mesmo, pois o policial, ao participar de uma passeata, ainda que seja apenas por algumas horas, está deixando de cumprir suas tarefas, consideradas essenciais para o conjunto da sociedade.

23 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Advogados em disputa com família Setubal

Ex-funcionários do Itaú cobram honorários por terem feito inventários dos acionistas do banco

Josette Goulart

Dois advogados que pertenciam aos quadros de funcionários do banco Itaú e que cuidaram de toda a papelada do inventário do patrimônio de Eudoro Vilella e Olavo Setubal, donos da instituição falecidos em 2001 e 2008, respectivamente, estão cobrando na Justiça paulista os honorários pelos serviços que prestaram aos herdeiros. O valor da causa da família Setubal chega a R\$ 107 milhões. A alegação dos advogados é a de que prestaram serviço particular aos donos da empresa e não se tratava de interesse da própria companhia.

O elevado valor do pedido acabou se tornando um dos pontos mais atacados pela defesa da família Setubal, que entende que haveria enriquecimento ilícito por parte dos advogados. A família ainda alega que era interesse do Itaú fazer com que o inventário corresse dentro do banco em função da questão sucessória e também pelo fato de a instituição estar passando por um processo de fusão com o Unibanco.

“Em função do interesse institucional, os espólios de Olavo Setubal e Eudoro Vilella foram conduzidos através de advogados do banco Itaú, pois o patrimônio era essencialmente representado por ações que representavam o controle do banco e os herdeiros estavam todos de acordo. Todas as despesas incorridas, inclusive as horas trabalhadas dos advogados, foram ressarcidas ao banco”, informou o Itaú Unibanco por meio de sua assessoria de imprensa.

“Os reclamantes executaram esses trabalhos durante o expediente normal como advogados do banco, para o qual receberam a remuneração regular, conforme contrato de trabalho.”

A seu favor, Selma Negro Capeto, que foi superintendente da área de contencioso do Itaú e hoje está aposentada, e Luiz Eduardo Caram Garcia, ex-gerente do mesmo setor, ambos com 30 anos de casa, têm uma decisão de primeira instância no processo que movem contra a família Vilella.

O juiz Miguel Ferrari Junior entendeu que um advogado não é obrigado a prestar serviço de interesse de um empregador e que o inventário em questão era de interesse direto dos herdeiros. Ele também avaliou que o fato de o trabalho ter sido feito dentro do banco não exclui o trabalho intelectual dos advogados. Entendeu ainda que, em função de o caso ter durado sete anos, devia-se aplicar os 6%, que constam da tabela da Ordem dos Advogados do Brasil, sobre o valor do patrimônio inventariado de Eudoro Vilella. Como eram três os advogados nos documentos oficiais, cada um deveria receber 2%.

Diferentemente dos Setubal, os Vilella já tinham recebido boa parte da herança enquanto o patriarca ainda estava vivo. O inventário, portanto, tinha valores mais modestos. Assim, os 6% equivaleriam a pouco mais de R\$ 2 milhões. Nem se compararam aos R\$ 107 milhões que incidiriam sobre o total do patrimônio inventariado da família Setubal. No ano em que morreu,

Olavo Setubal dispunha de R\$ 1,5 bilhão, boa parte em ações do Itaú. No ano em que a causa foi impetrada na Justiça, o patrimônio corrigido pela inflação chegava a R\$ 1,7 bilhão.

Apesar de terem feito o pedido de receber os 6% como prevê a tabela da OAB em sua petição inicial, Caram e Selma se defendem dizendo que usaram o valor apenas como parâmetro e que o valor final deve ser arbitrado pela Justiça. Além disso, outros três diretores eram advogados no processo de inventário, mas não estão questionando pagamento de honorários, o que já diminuiria o valor que receberiam. De qualquer forma, com o valor estabelecido em R\$ 107 milhões, se os advogados perderem a contenda, terão de arcar com custas no final do processo superiores a R\$ 1 milhão. O processo está em fase de perícia e produção de provas.

Já no processo contra a família Vilella, o caso chegou ao Tribunal de Justiça de São Paulo e, neste ano, os desembargadores mandaram os autos de volta à primeira instância por entenderem que é preciso fazer perícia e produção de provas, como foi pleiteado pela família. Entenderam que, assim, seria dado amplo direito de defesa.

23 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

A lei da madeira

Num país em que a pseudocidadania não dá à mulher proteção contra o estupro, valores arcaicos a protegem, a seu modo, com a cultura da vingança e do castigo

José de Souza Martins

Os ataques de homens a mulheres no metrô e nos trens da CPTM mostram quanto ainda estamos longe de reconhecer a mulher como ser de direitos iguais e universais. Os agressores foram, num caso, um universitário, desempregado, residente na periferia. No outro, um técnico de informática e um engenheiro, igualmente jovens, que fotografavam as partes íntimas das vítimas na escadaria do metrô. Colhiam material visual para usar na internet. A Delegacia de Polícia do Metropolitan (Delpom) vem monitorando esse ativismo nas redes sociais. Uma página no Facebook, que se chama "Os Encoxadores" e estimula esse tipo de agressão contra passageiras de trem e metrô, tem mais de 12 mil seguidores. Trata-se, pois, de um movimento coletivo motivado por propósitos perversos e antissociais. Só neste ano, a Delpom já registrou 22 casos de ataques a mulheres em trens e estações, dos quais apenas um, o do universitário, foi classificado como estupro, sendo os demais definidos como importunação ofensiva ao pudor.

Dois dias antes da ocorrência na Estação da Luz houve uma tentativa de linchamento no outro extremo do País, em Boa Vista, Roraima. O sujeito arrastara para um matalgal e tentara estuprar uma adolescente que fora levar a irmã à escola e voltava para casa. Ela escapou e pediu socorro, o que provocou o ajuntamento de vizinhos furiosos, que atacaram o estuprador a socos, pontapés e pauladas. Açulados pelas mulheres, os linchadores o despiram e lhe enfiaram um pedaço de madeira no ânus. Desmaiado, sangrando, foi amarrado e arrastado pelas ruas. Alguém filmou a ocorrência e colocou as imagens no YouTube, o que vem se tornando cada vez mais frequente.

A violência contra a mulher, longe de regredir, aumenta. Também modernizada, amplia-se na forma e no alcance, anula direitos lentamente conseguidos. Cada vez mais os agressores agem como se agredir as mulheres fosse um direito, como se a mulher

Trens e estações, 22 ataques a mulheres registrados só este ano

fosse um ser de segunda categoria, mero objeto à disposição do homem. Os casos que vêm ocorrendo no metrô e na ferrovia envolvem como agressores pessoas da classe média, da qual amplo setor chega ao uso dos recursos e equipamentos do mundo moderno sem que sua mentalidade também tenha chegado lá, mesmo tendo curso superior. Chegaram à internet, mas não à civilização. São pessoas que têm uma relação patológica com os meios da modernidade.

Numa sociedade historicamente originária da cultura mutilante e repressiva da escravidão, que se disseminou para todo o conjunto das chamadas classes subalternas, e não só para elas, era de se esperar que a progressiva ampliação da liberdade civil e cidadã encontrasse um obstáculo no próprio novo suposto cidadão. Há muitas manifestações das consequências do desencontro entre o que se era e o que ainda não se é, apesar do progresso. A liberalidade dos tempos atuais, entendida como permissividade, como triunfo do mais forte ou do mais esperto e atrevido contra o mais frágil e simples, criou e difundiu a curiosa concepção de que aqui as pessoas só têm direitos, nenhum dever.

CONTINUA

23 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O caso de Roraima, no outro extremo, contrasta com a benevolência liberalizante de classificar a agressão contra a mulher como mera importunação ofensiva ao pudor. Não se trata de adotar a lei do cão. O caso de Roraima e de numerosos outros semelhantes envolvendo o linchamento do agressor, documenta antropológicamente que a população, baseada no costume e na tradição, tem uma tolerância bem menor em relação a essa violência e adota extremo rigor no conceito de justiça com que a pune. Embora o índice de mortos e feridos em linchamentos em geral seja quase igual ao registrado em linchamentos motivados por estupro, o índice dos que escapam é de 8,2% num caso e de apenas 2,9% em outro, o que bem indica quanto o estupro é mais violentamente punido em comparação a outros motivos para linchar. É significativo que no caso de linchamentos de presos por estupro por outros presos o índice de mortos e feridos seja de 80%, dois terços dos quais de mortos. Mesmo os presos têm dificuldade em conviver com alguém que tenha praticado esse tipo de crime.

O estupro não é para a população apenas a consumação física da agressão sexual, mas também a violência simbólica do desrespeito. Muito mais grave do que para a classe média adventícia, cujos valores dominantes são os do mundo do consumo e não os do mundo da pessoa, o mundo das coisas e não o dos humanos. Os linchadores tendem a punir por igual tanto o estupro quanto o desrespeito. É que a mulher em nossa cultura tradicional é mais que o ser biológico. É também depositária da sacralidade da reprodução, o que a torna sexualmente intocável, a não ser nos ritos próprios do casamento e da procriação. O que não tira do vínculo sexual tudo aquilo que lhe é próprio e toda a alegria que é própria do amor. Portanto, num país em que a pseudocidadania, mais de discurso do que efetiva, ainda não conferiu à mulher toda proteção a que tem direito, os valores arcaicos da sociedade tradicional a protegem, a seu modo, na cultura da vingança e do castigo definitivo.

●
JOSÉ DE SOUZA MARTINS É SOCIÓLOGO,
PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE
DE FILOSOFIA DA USP E AUTOR, ENTRE OUTROS,
DE *A SOCIOLOGIA COMO AVENTURA* (CONTEXTO)

22 MAR 2014

IMPACTO PARANÁ

CANTINHO SIGILOSO

A demora na decisão do recurso promovido por Max Schrappe contra a eleição do conselheiro Fabio Camargo ao Tribunal de Contas, gera especulações. Depois de nova intervenção com pedido de vistas, que prorrogou a decisão final com o voto de outros 13 desembargadores ainda restantes no colegiado especial do TJ-PR, a ausência de um solicitante por motivos de ordem médica atrasou para mais alguns dias o pronunciamento definitivo desta matéria. Benéfica ou não esta demora causa expectativa pelo fato de que candidatos disputantes da eleição polêmica querem definir de uma vez suas participações em novo pleito, caso o mesmo venha a se confirmar. Por outro lado, o próprio envolvido certamente vive momentos difíceis quanto a uma definição pois até o dia 5 de abril ainda terá chance de deixar o cargo e concorrer a deputado nas próximas eleições, situação que lhe daria esperanças de tentar por outras vias uma volta por cima para a difícil posição em que se instalou desde o ano passado. Com um placar de 7 votos contra 2, restam ainda seis decisivos votos que pela maioria poderão definir a maioria em torno deste agravo a uma decisão tomada anteriormente pela desembargadora Regina Portes. Por incrível que pareça, uma Bolsa de Apostas teria sido feita no Centro Cívico, discutindo o resultado final deste processo.

24 MAR 2014

BEMPARANÁ

Caso Carli Filho

Defesa apresenta novo recurso ao TJ-PR

A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) deve julgar novo recurso no caso do ex-deputado Luiz Fernando Ribar Carli Filho. A defesa do ex-deputado ingressou com recurso de embargo de declaração, objetivando modificar os termos da última decisão que determinou a remessa do caso para julgamento pelo júri popular.

Este recurso da defesa pode ser julgado amanhã ou em seções posteriores, pela mesma Primeira Câmara Criminal e pelo relator desembargador Telmo Cherem. O advogado Criminalista Elias Mattar Assad, que funciona no processo como assistente da acusação pela família da vítima Gilmar Rafael Yared, declarou que o recurso tem cunho meramente protelatório e que a decisão de júri popular não deve mudar.

BEMPARANÁ**Previdência**

Incide contribuição previdenciária sobre o salário maternidade e o salário paternidade. Não incide sobre o aviso prévio indenizado, o terço constitucional de férias e o valor pago nos 15 dias que antecedem o auxílio-doença. O entendimento é da 1ª Seção do STJ.

Saque

Saque indevido na conta bancária de cliente gera responsabilidade objetiva do banco, cuja reparação dos danos causados não depende de comprovação da culpa, restando à instituição provar que houve culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros. O entendimento é da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais.

Precatório

É possível a nomeação à penhora de precatório expedido contra o próprio Estado para garantir a execução fiscal. O entendimento é da 1ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

Impenhoráveis

Quando o casal se separa e passa a ocupar imóveis distintos, as duas residências tornam-se bens impenhoráveis. O entendimento é da 3ª Turma do TRF da 4ª Região.

Excesso

O juiz da 4ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá condenou o estado do Mato Grosso a indenizar por danos morais e materiais um homem que agredido por um policial militar sob a alegação desrespeito à autoridade. Para o Juiz, a polícia deve sempre evitar o uso da força excessiva em abordagens.

Agressão

As ações penais referentes à violência doméstica são públicas incondicionadas, e, portanto, não podem ser extintas mesmo com retratação da vítima. A decisão é da ministra Cármen Lúcia, do STF.

Seu Jorge

Numa parceria firmada pela Caixa de Assistência (CAA-PR), os advogados inscritos na OAB Paraná, em dia com o pagamento da anuidade, recebem desconto de 50% na compra de até dois ingressos para assistirem ao show do Seu Jorge, no dia 12 de abril, no Teatro Positivo. Para obter o desconto, os advogados devem comprar meio-ingresso e apresentar a carteira da OAB na entrada do show.

24 MAR 2014

BEMPARANÁ

Danos na Garagem

Roberto Victor
Pereira Ribeiro

Cada vez mais surge a necessidade de criação de estacionamentos privados nas regiões mais nobres das cidades. Com a demanda de carros que a cada dia, cresce ainda mais, combinado com o desaparecimento de espaços públicos onde possa estacionar carros, imediatamente inicia-se em profusão a importância de novos estabelecimentos que cobram para guardar carros. Nestes estabelecimentos, as pessoas deixam seus veículos e pagam por isso. Assim, contratam com o estacionamento os serviços de alojamento do carro e a garantia de proteção ao bem móvel. Portanto, se houver danos comprovados, existirá também a responsabilidade do comércio em indenizar a lesão.

E nas garagens de condomínio?

Em regra, os condomínios não respondem por furtos ou

estragos ocorridos no interior de suas garagens.

É dessa forma que vêm entendendo nossos tribunais.

Na decisão de número 269.669, STJ, RESP, o egrégio Superior Tribunal de Justiça através de seus ilustres ministros julgou: "Não há responsabilidade do condomínio se este não assumiu expressamente em sua convenção a obrigação de indenizar os danos sofridos pelos condôminos, decorrentes de atos ilícitos ocorridos nas áreas comuns do prédio".

Encontramos outra decisão do mesmo tribunal, sendo esta da quarta turma, e tendo como relator o Ministro Barros Monteiro, em relação a furto de motocicleta das dependências de garagem do condomínio "a". Eis o voto: "Não se configura a responsabilidade do condomínio quando nenhuma obrigação é assumida perante a guarda de veículos" (RESP. 160.790, STJ).

A opinião majoritária da

atualidade gira em torno de: ressalvados os casos de culpa cabalmente comprovada, ou de obrigação expressamente detalhada no regimento condominial, não há responsabilidade dos condôminos residenciais por danos ou furtos acontecidos nas áreas comuns ou no estacionamento.

Faz-se mister discorrer que, mesmo o condomínio possuindo portaria, ainda assim, ressalvadas as duas condições supracitadas, estará isento de responsabilidade.

Em razões finais, podemos resumir que somente diante da existência de dispositivo que apregoe responsabilidade do condomínio nesses casos, inseridos na convenção condominial, poderá obrigar o condomínio a indenizar os danos e furtos ocorridos em suas áreas.

*O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito